



Rua Sérgio Severo, 2037 - Bairro Lagoa Nova - CEP 59.063-380 - Natal - RN - defensoria.rn.def.br

### EDITAL

<b>Data da abertura</b> 02/07/2026	<b>Horário</b> 09:00h (Horário de Brasília)	<b>Local da Sessão Pública</b> Comprasnet.gov.br
<b>SRP:</b> Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não ( )	<b>Critério de Adjudicação:</b> Menor preço por item e por grupo	<b>Modo de Disputa:</b> Aberto
<b>Exclusiva para ME/EPP/EQUIPARADOS</b> Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não ( ) Misto ( )		
<b>Cota Reservada de até 25% para ME/EPP/EQUIPARADOS</b> Sim ( ) Não ( <input checked="" type="checkbox"/> )		
<b>Valor Estimado:</b> Divulgado		
<b>Intervalo Mínimo:</b> R\$ 0,10		
<b>Objeto:</b> Formação de Ata de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de alimentação preparada (refeição-almoço, coffee break e lanche), destinadas à realização de eventos institucionais da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, a serem realizados nos municípios de Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim e Nísia Floresta, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos do art. 6º, XXIII, "a", da Lei nº 14.133/2021.		
<b>Processo Administrativo:</b> SEI 000110000066.000005/2025-88		
<b>Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações:</b> Até o dia 26/06/2026, para o e-mail: <a href="mailto:cpl@dpe.rn.def.br">cpl@dpe.rn.def.br</a>		
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões da DPE/RN pelo endereço <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a> , selecionando as opções Consultas>Pregões>Em andamento > Cód. UASG "925772". O Edital e seus anexos estão disponíveis para download no Comprasnet e no endereço <a href="http://www.defensoria.rn.def.br">www.defensoria.rn.def.br</a> , Portal da Transparência > licitações.		

### EDITAL

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 - DPE/RN - SRP (90006/2026 - COMPRASNET)

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UASG Nº 925772), por intermédio de sua Pregoeira Oficial, designada pela Portaria nº 33/2024 - GDPGE, de 02 de fevereiro de 2024, publicada no D.O.E. nº 15603, edição de 08 de fevereiro de 2024 e Portaria n.º 258/2024 - GDPGE, de 19 de setembro de 2024, DOE n.º 15757, edição de 20 de setembro de 2024, e de acordo com a determinação do Defensor Público-Geral, que autorizou a instauração do competente processo licitatório, torna pública a quem interessar, que promoverá licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM E POR GRUPO, EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/EQUIPARADOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Federal nº 8.078/1990, pela Lei Federal nº 13.709/2018, pela Lei Complementar Estadual nº 675/2020, pela Resolução nº 310/2023 - CSDP, Resolução nº 324/2024 - CSDP, alterada pela Resolução n.º 356/2025 - CSDP, consoante autorização contida nos autos do Processo Administrativo SEI 000110000066.000005/2025-88, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DATA DA SESSÃO: 02 de julho de 2026.**

**HORA: 09h00m (Horário de Brasília)**

**LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

**IMPORTANTE:**

- a) A licitação será realizada por item e grupo sendo: 01 (um) item e 01 (um) grupo, conforme tabela constante no item 1.3. do Anexo I - Termo de Referência deste Edital;
- b) Este certame será exclusivo para ME/EPP/EQUIPARADOS, visto que o valor estimado encontra-se abaixo do limite estabelecido no art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 675/20, que é de R\$ 200.00,00 (duzentos mil reais), e tendo ainda sido observado um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente no Estado, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme Informação prestada pelo setor responsável pela realização da pesquisa mercadológica e informação da metodologia aplicada (ids. 0063868, 0063841 e 0063883).
- c) O orçamento previamente estimado pela Administração será divulgado concomitantemente à divulgação deste Edital, conste no documento Mapa de Pesquisa de Mercado de Id. 0063868.
- d) Será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme previsão contida no Item 4.19. a 4.16 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.
- e) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, conforme justificativa prevista nos Itens 4.30 a 4.40 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para formação de Ata de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de alimentação preparada (refeição-almoço, coffee break e lanche), destinadas à realização de eventos institucionais da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, a serem realizados nos municípios de Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim e Nísia Floresta, em conformidade com as condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

a) **MODO DE DISPUTA: ABERTO**

b) **ORÇAMENTO: DIVULGADO**

c) **CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM E POR GRUPO**

d) **CRITÉRIO DO VALOR: ESTIMADO**

1.1.1. O valor estimado da presente licitação será aberto, visto que sua divulgação pode gerar maior vantagem para a administração pública, conforme resultado conclusivo no Relatório de Avaliação da Controladoria-Geral da União (CGU): 1354517. Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorio/1582620>, ou seja, a CGU concluiu que a transparência no orçamento nas licitações podem gerar economias e uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

1.1.2. O orçamento previamente estimado pela Administração será divulgado concomitantemente à divulgação deste Edital.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no Item 2.1, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Só Poderão participar deste Pregão microempresas e empresas de pequeno porte e equiparados, com obtenção de tratamento diferenciado e favorecido nos termos do art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 675/2020.

2.4.1. A obtenção dos benefícios a que se refere o item 2.4, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte e equiparados que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.4.1.1. Para fins de cumprimento do subitem 2.4.1. o licitante emitirá declaração a ser encaminhada juntamente aos documentos de habilitação.

2.5. Somente poderão participar desta licitação as empresas que apresentem em seu estatuto ou contrato social atividade econômica compatível com o objeto ora licitado.

2.6. **Não poderão participar da presente licitação:**

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) não poderão participar deste Pregão sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- c) pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da DPE/RN ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou Jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- g) não poderão participar deste Pregão sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- h) agente público do órgão ou entidade licitante;
- i) pessoa Jurídica reunida em consórcio (Justificado no Item 4.25 ao 4.34 do Termo de Referência);
- j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- k) que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do RN;
- l) com impedimento de contratar com a Administração, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte; e
- m) que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2.7. O impedimento de que trata a alínea "f" do subitem anterior, será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

2.8. A vedação de que trata a alínea "h" o subitem anterior, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.9. Será vedada a participação de empresa que possua, em seu quadro societário, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPERN) atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas OU ocupantes de tais cargos ou funções quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento que culminou nesta licitação, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades da DPERN situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação ou ocupantes de tais cargos quando da deflagração do presente procedimento licitatório.

### 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

- a) credenciar-se previamente no SICAF;
- b) utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.
- c) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta de preço;
- d) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou à Defensoria Pública do Estado do RN por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- e) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão; e
- f) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS, ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.1.1. A licitante deverá encaminhar exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.1.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

4.1.3. **O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:**

- a) valor;
- b) quantidade;
- c) unidade;
- d) descrição do objeto;
- e) prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.1.4. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no item 1.3. do Termo de Referência.

4.1.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do

objeto.

4.1.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.1.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2. No momento do cadastramento da proposta inicial, a licitante deverá selecionar, em campo próprio do sistema, as seguintes declarações:

4.2.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

4.2.2. que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.2.5. que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.2.6. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.2.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3. As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 675/2020, deverão manifestar, em campo próprio, declaração de que atendem aos requisitos da referida Lei, bem como, apresentar declaração constante do item 2.4.1. deste Edital (Modelo no Anexo II)

4.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ao 4.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/21](#), e neste Edital.

4.5. As declarações mencionadas nos itens anteriores serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação, cujo relatório extraído do sistema será anexado aos autos do processo, não havendo necessidade de envio por outra forma, exceto, a declaração referida no Item 2.4.1 e 2.4.1.1 que deverá ser acostada aos documentos de habilitação quando da convocação pelo Pregoeiro.

4.6. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens (chat) entre o Pregoeiro e os licitantes.

4.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

4.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,10 (dez centavos de real)**.

4.12. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível. Durante o transcurso da

sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

4.13. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de solicitar qualquer alteração.

4.14. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, a proposta ou lance cujo valor for considerado inexecutável.

4.15. O MODO DE DISPUTA será o ABERTO, a duração do período do envio de lances será de **10 (dez) minutos**, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

4.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

4.17. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

4.18. Preenchido o requisito definido no subitem anterior, caso o Pregoeiro decida não reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentaram essa decisão.

4.19. Ocorrendo o reinício previsto no Item 4.18, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

4.20. Encerrada essa etapa, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

4.21. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.22. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

4.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

## 5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.2.2. empresas brasileiras;

5.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.3. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os itens anteriores, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas, conforme Art. 41, § 4º, III, da Lei Complementar n.º

675/2021 e IN n.º 79/2024, que alterou a IN 73/22 e estabelece o sorteio como critério de desempate adicional para as licitações que utilizam os métodos de julgamento por menor preço ou maior desconto.

## **6. DA NEGOCIAÇÃO**

6.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço estimado para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.2. A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta da primeira colocada não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.

6.3. Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

6.4. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.5. Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, conforme Resolução nº 44/2007-CNJ e suas alterações, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico: [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se este faz jus ao benefício, em conformidade com a Lei Complementar nº 675/2020.

7.6. A obtenção do benefício supra fica limitado às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e similares que, no presente exercício, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de tal enquadramento. Nesse sentido, exige-se declaração do licitante em observância para tal fim, considerando o valor



estimado de sua disputa à receita bruta máxima admitida, considerando o período de 1 ano, nos termos do Item 2.4.1 deste edital.

7.6.1. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital de Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

7.7. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

7.8. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na Contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste certame.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, inclusive nas propostas cujos valores forem inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela DPE/RN**, ou, ainda, em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

7.10. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da DPERN ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis, como também, não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

7.13. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

7.14. Se a proposta não for aceita ou, ainda, se a licitante não atender às exigências habilitatórias, em descumprimento dos requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proponente será desclassificada/inabilitada e o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a obtenção de uma que atenda ao edital.

7.15. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta carta editalícia e solicitada pelo Pregoeiro, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas no presente edital.

7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do objeto deste Edital.

7.17. Será desclassificada proposta que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.18. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**.

7.19. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO



- 8.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e, por intermédio de documentação complementar encaminhada por meio eletrônico, na opção "Enviar Anexo" no Sistema Comprasnet, quando solicitado pelo Pregoeiro.
- 8.2. Após entrega dos documentos para habilitação e análise pelo Pregoeiro não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
  - b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.3. As licitantes que estiverem em SITUAÇÃO VÁLIDA no SICAF poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA, REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, desde que todos os documentos e/ou certidões estejam dentro da validade e inseridos no sistema.
- 8.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação, quando solicitados, deverão ser inseridos no Anexo que será aberto pelo Pregoeiro.
- 8.6. O Relatório das declarações constantes no sistema será anexado aos autos do processo, não havendo necessidade de envio por outra forma.
- 8.7. A declaração referida no Item 2.4.1 e 2.4.1.1 deverá ser acostada aos documentos de habilitação (Modelo no Anexo II do Edital).
- 8.8. **Habilitação Jurídica:**
- 8.8.1. Deverá a possível contratada comprovar o requisito de habilitação jurídica (art. 66, Lei n. 14.133/2021), mediante apresentação dos seguintes documentos, conforme a natureza da pessoa jurídica:
- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
  - b) **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).
  - c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
  - d) **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. 77, de 18 de março de 2020.
  - e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
  - f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz.
  - g) **Sociedade Cooperativa:** ata de fundação; estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia correspondente; comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários para a oferta do objeto; editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; três registros de presença dos cooperados que executarão o instrumento contratual em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; Declaração de Regularidade de

Situação do Contribuinte Individual (DRSCI) para cada um dos cooperados indicados; comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o instrumento contratual; comprovação de que os cooperados que executarão o instrumento contratual atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitando o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I, e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764/1971; ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, conforme previsto no art. 107 da Lei n. 5.764/1971; última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme disposto no art. 112 da Lei n. 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.8.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**8.9. Qualificação Técnica:**

8.9.1. A empresa deverá apresentar ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, emitido por Órgão ou Entidades da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou, ainda, por empresas privadas, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto a ser contratado.

8.9.1.1. O atestado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado; identificação da contratada e descrição clara dos materiais fornecidos, informando o cumprimento das obrigações assumidas perante a empresa privada ou órgão público que está emitindo o atestado.

8.9.1.2. Não serão aceitos atestados emitidos por pessoa física para fins de comprovação da capacidade técnica de empresa licitante (Acórdão 927/2021 - TCU - Plenário).

**8.10. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

8.10.1. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma disciplinada pelo art. 68 da Lei Federal n. 14.133/2021, deverão ser apresentados:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da pessoa jurídica;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- g) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, distrital e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; e
- h) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei Federal n. 14.133/2021.

8.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência. A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

8.13. **Qualificação Econômico-Financeira:**

8.13.1. No que diz respeito à habilitação econômico-financeira, deverá ser apresentado:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; e
- b) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, salientando nos casos de participantes em processo de recuperação judicial, a necessidade de comprovar, por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que a interessada encontra-se apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório (Acórdãos do TCU nºs 2.265/2020 e 1.201/2020).

8.13.2. Caso as certidões sejam apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas, para este certame, aquelas emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da convocação pelo pregoeiro;

8.13.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.13.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.13.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.14. Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ/MF e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**; ou
- b) se a licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;
- c) serão dispensados da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

8.15. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.16. Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.17. Os documentos exigidos e apresentados para habilitação, obtidos por meio de sites, poderão ter sua autenticidade verificada via internet.

8.18. As empresas aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido no art. 40, §§§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar Estadual nº 675/2020, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.18.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das empresas ME/EPP/EQUIPARADOS, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.18.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à DPE/RN convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.18.3. Os critérios de sustentabilidades estão descritos no Item 4.3 ao 4.7 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

8.18.4. Os requisitos de cumprimento da Lei de Proteção de dados estão previstos nos itens 4.12 ao 4.13 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

8.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos ou realização de diligências, o Pregoeiro suspenderá a sessão.

8.20. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no *chat* do sistema com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência.

## 9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. O Pregoeiro convocará, via *chat*, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, para encaminhar a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao último lance e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos neste Edital.

9.2. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, em arquivo único, **no prazo de até 2 (duas) horas**, podendo ser prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro, mediante solicitação justificada pelo participante.

9.3. As propostas de preços escritas, quando solicitadas, deverão ser redigidas em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, formulada em conformidade com as condições estabelecidas, e dela deverão constar:

- a) Razão social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone atualizado, endereço, dados bancários e indicação de endereço eletrônico (e-mail);
- b) descrição completa do objeto, quantidade, unidade, valor unitário e total (R\$);
- c) indicação do valor do ICMS ou ISS (%), o que couber, de acordo com a alíquota vigente; e
- d) validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias.

9.4. As empresas inscritas no SIMPLES NACIONAL ficam dispensadas da apresentação do destaque do ICMS, consoante art. 4º do Decreto Estadual n. 21.034/2009, devendo apresentar a comprovação dessa condição.

9.5. Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas, como impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

9.6. Se houver discrepância entre os valores unitários e totais constantes na proposta de preços escrita e aqueles registrados no sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br>, prevalecerão como válidos estes últimos.

9.7. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

9.7.1. O ajuste de que trata o dispositivo no Item 9.7. se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.8. A não regularização da documentação no prazo previsto nesta condição implicará na decadência do direito à adjudicação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, facultado à Defensoria Pública do Estado do RN a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

9.11. A simples participação no certame implica em:

- a) aceitação de todas as condições estabelecidas no edital deste Pregão;
- b) que a proposta terá validade mínima de **90 (noventa) dias**, contados da data da apresentação.

c) prazo, condições de execução do objeto de acordo com o Anexo I – Termo de Referência, contados a partir data de recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

d) compromisso da licitante de executar o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital e na proposta de preços apresentada;

e) **compromisso de apresentação das amostras na forma e no prazo constante nos itens 4.37 ao 4.37.16 do Termo de Referência;**

9.11.1. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência - Anexo I do Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos deste edital, na quantidade e qualidade adequada à perfeita execução contratual.

9.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

9.14. Tendo em vista que a especificação dos materiais ou dos serviços constante do CATSERV/CATMAT/Comprasnet é resumida e que alguns aspectos dos materiais ou dos serviços devem ser melhor especificados, a especificação do item licitado, para efeito de cotação do preço e formulação da proposta, será aquela constante do Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

9.15. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do ata/contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9.16. A licitante deverá observar em sua proposta de preços as especificações do objeto, devendo evitar a simples cópia do teor das especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

9.17. Os modelos anexados a este Edital servem apenas como orientação, não sendo motivo de inabilitação ou desclassificação, a apresentação de documentos que sejam elaborados de forma diferente, desde que contenham os elementos essenciais.

9.18. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.19. O descumprimento do subitem acima poderá implicar na inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.20. Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9.21. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação e aceitação da proposta.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

c) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 10.11. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá (art. 71 da Lei Federal 14.133/21):
- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
  - b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
  - c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
  - d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- 10.12. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
- 10.13. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- 10.14. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido até **3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS** antes da data da abertura do certame, enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: [cpl@dpe.rn.def.br](mailto:cpl@dpe.rn.def.br)
- 11.2. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até **3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS** antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico: [cpl@dpe.rn.def.br](mailto:cpl@dpe.rn.def.br)
- 11.3. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de até **3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais a unidade técnica competente.
- 11.4. As respostas aos pedidos de esclarecimento vincularão às participantes e a administração.
- 11.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 11.6. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas
- 11.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas nos sites e (Portal da Transparência) e [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) (por meio do link: Acesso livre>Pregões>Agendados), para conhecimento da sociedade em geral e das licitantes, cabendo às interessadas em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 12.1. Concluídos os trabalhos, o Pregoeiro encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação do Defensor Público-Geral, para expedição e publicação dos atos de adjudicação e homologação.

## **13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa.

13.2. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Defensoria Pública do Rio Grande do Norte ou terceiros.

13.3. De acordo com as obrigações assumidas no curso do procedimento licitatório, tem-se as seguintes infrações e respectivas penalidades:

LICITAÇÃO		
Infrações	Sanções	Gradação da penalidade de multa
Deixar de entregar a documentação exigida pelo edital.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	3% (três por cento) sobre o valor da proposta de preços
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	4% (quatro por cento) sobre o valor da proposta.
Apresentar declaração ou documentação falsa.	Declaração de inidoneidade e multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta.
Fraudar a licitação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Declaração de inidoneidade e multa.	10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade e multa.	10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.	Declaração de inidoneidade e multa.	10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

13.4. Quanto às obrigações assumidas após a adjudicação do objeto ao fornecedor beneficiário, temos as seguintes infrações e respectivas penalidades:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS			
Infrações	Sanções aplicáveis	Gradação da penalidade de multa	
		Primeira ocorrência	Reincidências



Não assinar a ata quando convocado ou não entregar a documentação exigida para sua celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	10% (dez por cento) sobre o valor total registrado em ata	-
Ensejar o retardamento da execução da ata sem motivo justificado.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata.	10% (dez por cento) sobre o valor total registrado em ata.
Não atender ou não se manifestar sobre as solicitações da Administração.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata.	10% (dez por cento) sobre o valor total registrado em ata.

13.5. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

13.6. No tocante às obrigações decorrentes da execução em si do contrato/instrumento equivalente ao contrato firmado entre as partes, seguem os possíveis descumprimentos e respectivas penalidades:

TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE			
Infrações	Sanções aplicáveis	Gradação da penalidade de multa	
		Primeira ocorrência	Reincidências
Dar causa à inexecução parcial.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa	3% (três por cento) sobre o valor do Termo contrato.	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.
Não cumprir com as obrigações previstas neste Termo de Referência e/ou contrato	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multas.	3% (três por cento) sobre o valor do contrato.	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.	10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.
Dar causa à inexecução total.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.	
Ensejar o retardamento da entrega do objeto.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa	1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor do contrato, até o limite de 30% deste valor.	2% (dois por cento) por dia de atraso, sobre o valor do contrato, até o limite de 30% deste valor.
Praticar ato fraudulento na execução do instrumento contratual.	Declaração de inidoneidade e multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.	10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Declaração de inidoneidade e multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.	10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

13.7. As sanções administrativas impostas serão compulsoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), nos sistemas atrelados ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte (TCE-RN), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de

Empresas Punidas (CNEP), devendo ocorrer, nestes dois cadastros, no prazo máximo de 15 (quinze) dia úteis a contar da data da aplicação.

13.8. As comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

13.9. A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento de mensagens provenientes da DPE/RN, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

13.10. Aos casos omissos, aplicar-se-ão as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

14.1. Após homologado o resultado deste pregão a Defensoria Pública do Estado convocará o(s) licitante(s) vencedor(s) para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

14.2. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Defensoria Pública do Estado.

14.3. As condições e execução da Ata de Registro de Preços estão previstos nos itens 9 ao 15.2 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

#### **15. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

15.1. O modelo de execução do objeto encontra-se previsto nos itens 5.1 ao 5.51 do Anexo I - Termo de Referência.

#### **16. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL E FISCALIZAÇÃO**

16.1. A presente contratação não permitirá a antecipação de pagamento conforme justificativa no Item 6.1. ao 6.17 do Termo de Referência.

#### **17. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

17.1. De acordo com a Resolução n. 338/2024-CSDP/RN, em resumo, o processo regular de liquidação e pagamento ocorrerá conforme itens 7.1 ao 7.37 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

#### **18. DAS DILIGÊNCIAS**

18.1. Durante a operacionalização deste certame, as diligências direcionadas aos licitantes classificados serão formalizadas no campo próprio do sistema "Diligência".

18.1.1. É dever do licitante acompanhar os chamados da Pregoeira para responder e anexar documentos solicitados na fase de diligência.

18.1.2. O prazo para cumprimento de diligências solicitadas pela Pregoeira aos licitantes participantes será de 2h (duas horas), podendo ser prorrogada mediante justificativa que será analisada pela Pregoeira.

18.1.3. O não cumprimento de diligências solicitadas, importantes ao julgamento objetivo da proposta e habilitação, poderá ensejar em desclassificação da proposta.

18.1.4. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes aos quadros de pessoal da DPE/RN ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

18.1.5. Em qualquer fase do procedimento licitatório é facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.1.6. Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos ou informação necessários a apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

#### **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. **Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.**

- 19.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília – DF.
- 19.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.6. A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), no endereço: [defensoria.rn.def.br](mailto:defensoria.rn.def.br) e também nos autos do processo administrativo, permanecendo com vista franqueada aos interessados.
- 19.10. A anulação do procedimento licitatório induz à da contratação.
- 19.11. Maiores esclarecimentos ou quaisquer outras informações com relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital serão dirimidas pelo Pregoeiro por e-mail institucional: [cpl@dpe.rn.def.br](mailto:cpl@dpe.rn.def.br)
- 19.12. Toda comunicação oficial ocorrerá por e-mail, por meio do sistema comprasnet ou por publicação, nos termos da legislação.
- 19.13. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Natal/RN.
- 19.14. **Os licitantes deverão estar cientes que o expediente da DPE/RN é das 08h00h às 15:00h, em dias úteis, sem intervalo para almoço, e, portanto, o andamento e/ou suspensão da sessão será exclusivamente comunicado por meio do chat.**
- 19.15. Constituem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

**ANEXO I - Termo de Referência + Anexos I (Cardápio); Anexo II (Instrumento de Medição de Resultado); Anexo III (Minuta da Ata de Registro de Preços); Anexo IV (Minuta do Contrato); Anexo V (Minuta da Proposta de Preços); Anexo VI (Planilha de Avaliação das Amostras); e**

**ANEXO II - Modelo de Declaração do Item 2.4.1. do Edital.**

Natal/RN, 12 de junho de 2026

**Suelene Bezerra Barbosa**

Coordenadoria de Licitações



Documento assinado eletronicamente por **SUELENE BEZERRA BARBOSA**, Servidora Cedida, em 12/06/2026, às 10:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.rn.def.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.rn.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0109189** e o código CRC **5CF54830**.

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo n.º 000110000066.000005/2025-88

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS E O PRAZO DO CONTRATO (LEI FEDERAL N. 14.133/2021, ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “A”):

#### DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a formação de Ata de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de alimentação preparada (refeição-almoço, coffee break e lanche), destinadas à realização de eventos institucionais da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, a serem realizados nos municípios de Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim e Nísia Floresta, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos do art. 6º, XXIII, “a”, da Lei nº 14.133/2021.

#### NATUREZA DO OBJETO:

1.2. O objeto desta contratação enquadra-se na definição de serviços comuns, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa com base no critério de menor preço.

#### QUANTITATIVOS ESTIMADOS E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

1.3. Para a presente contratação, apresentam-se, a seguir, os quantitativos estimados, acompanhados de suas respectivas especificações:

Item/Grupo	Item	Descrição	Quantidade	Unidade
Item	1	Refeição/Almoço	150	Und.
Grupo 01	2	Coffee Break	1.600	Und.
	3	Lanche	700	Und.
<b>Observação: Todos os itens deverão ser entregues nos municípios de Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim e Nísia Floresta.</b>				

1.4. A teor do art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021, a existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, sem, contudo, obrigar a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

1.5. Nesse sentido, ressalta-se que a justificativa da presente contratação encontra-se consignada pela Coordenadoria de Comunicação Social, Cerimonial e Eventos (CCSC) no item 2 do Estudo Técnico Preliminar, cujo trecho se transcreve a seguir:

O crescimento institucional da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPE/RN), aliado à realização frequente de eventos, demandas de cursos, capacitações em vários núcleos de atendimento da instituição, evidencia a necessidade de contratação de empresa especializada no preparo e distribuição de alimentação (coffee break, lanche e almoço).

Essa contratação visa garantir a oferta de refeições balanceadas, seguras e adequadas às necessidades dos participantes, assegurando padrões rigorosos de higiene e qualidade alimentar. Empresas especializadas dispõem de equipes qualificadas que selecionam fornecedores confiáveis, monitoram o processo produtivo e realizam a entrega com pontualidade, promovendo a satisfação dos usuários e um ambiente saudável durante os eventos institucionais.

Além disso, a terceirização desse serviço proporciona maior eficiência administrativa, permitindo que os servidores e membros da DPE/RN concentrem esforços em atividades estratégicas, enquanto a alimentação é gerida por profissionais habilitados. Tal contratação também facilita o controle logístico, minimiza riscos de falhas e possibilita a personalização dos cardápios conforme as peculiaridades de cada evento. Dessa forma, o serviço contribui para o sucesso do evento, valorizando os convidados e otimizando recursos públicos com transparência e eficiência.

As quantidades informadas neste ETP destinam-se a atender aos municípios de Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim e Nísia Floresta, que porventura apresentem a necessidade de contratação de alimentação preparada, durante os anos de 2026 e 2027.

A opção pelo Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de previsão precisa do número de eventos e refeições a serem fornecidas ao longo do exercício financeiro, evitando contratações excessivas ou insuficientes. O SRP oferece maior controle e flexibilidade à administração pública, que não fica obrigada a adquirir o total registrado, otimizando o uso dos recursos públicos com transparência e economicidade.

Por fim, a contratação de pessoa jurídica especializada no preparo e distribuição de refeições (*coffee break*, lanche e almoço), com fito na realização de eventos nos municípios de Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim e Nísia Floresta, por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, torna-se necessária para dar suporte administrativo aos defensores, defensoras públicas e servidores, no exercício de suas atividades funcionais, atendendo de forma qualificada aos profissionais que trabalham nas diferentes regiões.

1.6. Importa destacar que permanece vigente, até 10 de janeiro de 2026, a Ata de Registro de Preços nº 02/2025-DPE/RN (processo administrativo nº 06410002.003599/2024-53), cujo objeto coincide com o da presente contratação. Todavia, a referida Ata mostra-se inviabilizada para execução no próximo exercício, uma vez que, no âmbito do processo de prorrogação nº 06410011.002573/2025-60, esta Defensoria manifestou-se pela negativa de sua prorrogação, em razão de a CONTRATADA não haver mantido as condições originárias de habilitação, notadamente quanto à qualidade dos alimentos fornecidos e à satisfação integral da Administração. Dessa forma, resta devidamente demonstrada a necessidade de nova contratação.

1.7. No que concerne à descrição do objeto, a Coordenadoria de Comunicação Social, Cerimonial e Eventos (CCSC), conforme se depreende do item 5.4 do referido Estudo Técnico Preliminar, atestou que as especificações constantes da ARP nº 02/2025-DPE/RN permanecem adequadas às necessidades institucionais da DPE/RN, motivo pelo qual foram integralmente mantidas.

1.8. O dimensionamento do quantitativo estimado do objeto encontra-se igualmente justificado no item 5 do Estudo Técnico Preliminar:

5.8. (...) Após análise foi mantido o quantitativo da refeição tipo Almoço, 150 (cento e cinquenta) refeições, visto que a quantidade licitada não foi executada. Ressalta-se que, embora alguns itens de alimentação preparada ainda não tenham sido integralmente executados, é necessário considerar a expansão das ações e eventos executados pela DPERN, como também considerar a natureza estratégica da Ata de Registro de Preços (ARP), que exige um planejamento preditivo.

5.9. Para estimar o quantitativo a ser contratado, esta Coordenadoria analisou também a média de *coffee-breaks* (aproximadamente 56/mês) executada mensalmente até a presente data. Estimados os quantitativos com base nessa média de consumo, foi acrescido aproximadamente o percentual de 20% considerando a eventual possibilidade de aumento da demanda e o crescimento do número de eventos institucionais.

5.10. Para os lanches, cuja demanda não foi a mais expressiva, também foi analisada a média executada mensalmente (aproximadamente 22/mês) até a presente data. Estimados os quantitativos com base na referida média de consumo, foi aplicado o percentual de aproximadamente 30%.

5.11. O planejamento atual visa atender a uma previsão de contrato que se estenderá por 12 meses, podendo ser prorrogado por mais 12 meses.



5.12. O aumento projetado está em harmonia com a natureza dos serviços prestados e o planejamento estratégico da Defensoria Pública, assegurando a disponibilidade de alimentação preparada para o suporte adequado aos eventos institucionais em Natal e nas cidades já mencionadas onde estão instalados os Núcleos de atendimento da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

1.9. Conforme informado pela CCSC, e considerando o disposto no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, o quantitativo estimado é suficiente para atender às necessidades dos próximos 02 (dois) anos da DPE/RN.

1.10. A fim de detalhar a composição mínima dos itens objeto da presente contratação (almoço, coffee break e lanche), apresenta-se, no Anexo I, o cardápio com as respectivas especificações, o qual deverá ser rigorosamente observado pela CONTRATADA durante a execução dos serviços.

1.11. Constitui, ainda, obrigação da CONTRATADA disponibilizar, sempre que previamente solicitado pela CONTRATANTE, membros de sua equipe para o atendimento aos convidados no fornecimento de refeição-almoço, coffee break e lanche, devendo tais profissionais zelar pela adequada apresentação pessoal, cordialidade, presteza e eficiência, em estrita conformidade com os padrões de qualidade e demais exigências estabelecidas neste instrumento.

1.12. A CONTRATADA será remunerada com base no valor unitário por pessoa, multiplicado pela quantidade de pessoas atendidas, conforme o tipo de buffet efetivamente fornecido.

1.13. É vedado à CONTRATADA alterar o cardápio previamente definido. Excepcionalmente, em hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas, poderá ser solicitada autorização prévia e fundamentada à CONTRATANTE, desde que não haja alteração de preço, nem prejuízo à qualidade, à quantidade e à pontualidade da entrega, limitando a substituição a itens previamente previstos no cardápio constante no Anexo I, e desde que observado o procedimento estabelecido no itens 5.16 a 5.19 deste Termo de Referência.

1.14. Os quantitativos a serem entregues não poderão ser alterados pela CONTRATADA sem a anuência da CONTRATANTE.

1.15. Embora o objeto da presente contratação compreenda itens da mesma natureza geral de alimentação, estes apresentam características distintas quanto aos aspectos operacionais, logísticos, quantitativos e ao grau de complexidade, razão pela qual se justifica a adoção de tratamento diferenciado quanto à forma de adjudicação. Nessa linha, e em observância aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como ao entendimento consolidado na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, o item “Refeição/Almoço” foi estruturado como item único, em razão de sua maior complexidade operacional, enquanto os itens “Coffee Break” e “Lanche” foram agrupados em um mesmo lote, por apresentarem similaridade operacional e possibilidade de execução conjunta, conforme justificativa constante no item 8.6 deste Termo de Referência.

1.16. Eventuais divergências entre a descrição constante no catálogo do Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência serão analisadas pela Comissão de Licitação, devendo prevalecer, sempre que possível, a solução que melhor atenda ao interesse público e à ampla competitividade, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### PRAZO DA CONTRATAÇÃO:

1.17. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

1.18. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, conforme disposto no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos arts. 17 e 30 da Resolução nº 324/2024-CSDP.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (LEI FEDERAL N. 14.133/2021, ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B”):**

2.1. Conforme consignado no item 2 do Estudo Técnico Preliminar, o crescimento institucional da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPERN), aliado à realização frequente de

eventos, cursos e capacitações nos diversos núcleos de atendimento, evidencia a necessidade de contratação de empresa especializada no preparo e na distribuição de refeições (refeição- almoço, coffee break e lanche).

2.2. Tal contratação encontra amparo no art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021, que define como objeto contratual os serviços em geral, incluindo atividades de fornecimento, conservação e apoio às ações administrativas, caracterizando-se, portanto, como prestação de serviços de interesse da Administração Pública.

2.3. O objetivo é assegurar a oferta de refeições balanceadas, seguras e adequadas às necessidades dos participantes, em estrita observância aos padrões de higiene e qualidade alimentar. Empresas especializadas dispõem de equipes qualificadas, fornecedores confiáveis e processos produtivos monitorados, o que garante pontualidade na entrega, satisfação dos usuários e ambiente saudável durante os eventos institucionais.

2.4. Ademais, a terceirização desse serviço promove maior eficiência administrativa, permitindo que servidores e membros da DPE/RN concentrem esforços em atividades estratégicas, enquanto a alimentação é gerida por profissionais habilitados. Tal medida também favorece o controle logístico, reduz riscos de falhas e possibilita a personalização dos cardápios de acordo com as peculiaridades de cada evento.

2.5. Dessa forma, a presente contratação mostra-se imprescindível para assegurar a adequada execução das atividades institucionais, contribuindo para o êxito dos eventos, a valorização dos participantes e a otimização dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da eficiência, transparência e economicidade que regem a Administração Pública.

2.6. Ressalte-se, ainda, a possibilidade de constituição de Ata de Registro de Preços para a contratação em tela, considerando que não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela DPE/RN e, pelas características do objeto, haverá necessidade de contratações frequentes e sob demanda. Ademais, trata-se de medida conveniente para a Administração, ao permitir a aquisição de bens e serviços de forma parcelada, nos termos do art. 3º, incisos I, II e III, da Resolução nº 324/2024-DPE/RN e do art. 82, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.7. A opção pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela adequação do objeto às necessidades desta Defensoria Pública, a qual não pode assumir quantitativos fixos sob o risco de realizar aquisições além da demanda efetiva no exercício financeiro. O SRP também se revela instrumento eficaz de controle de gastos, porquanto não obriga a Administração a contratar a totalidade dos itens registrados, conferindo-lhe autonomia na gestão e contenção de despesas.

2.8. Desse modo, evidencia-se a pertinência da adoção do Sistema de Registro de Preços, em razão da necessidade de contratações frequentes e sob demanda, selecionando-se fornecedor e proposta para os bens e serviços que poderão ser adquiridos tantas vezes quantas forem necessárias, durante o período de validade da ata e respeitados os quantitativos máximos definidos em edital. Assim, o SRP permitirá maior agilidade nas contratações, redução de esforços administrativos e ganhos de escala, sem a necessidade de instauração de sucessivas licitações para o mesmo objeto, em plena consonância com os princípios da economicidade, celeridade e eficiência.

2.9. Por fim, registra-se que a presente contratação observa o princípio do planejamento, expressamente previsto no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, encontrando-se devidamente contemplada no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte – DPE/RN, sob o item nº 54, conforme consulta pública disponível no endereço eletrônico: Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da DPE/RN.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (LEI FEDERAL N. 14.133/2021, ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “C”):**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se consignada no item 8 do Estudo Técnico Preliminar, transcrito a seguir: ‘(...) registrar preços para futuras e eventuais contratações de empresa especializada no fornecimento de alimentação preparada, coffee break, lanche e refeição (almoço), por estimativa, visando atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPE/RN), em Natal e nos núcleos situados nos municípios de Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim e Nísia Floresta (...).

3.2. Considerando a natureza da contratação, não se verifica exigências relacionadas à manutenção ou assistência técnica.

3.3. Nos termos do art. 6º, XXIII, “c” da Lei Federal n.º 14.133/2021, a solução contempla o ciclo de vida completo do objeto, englobando:

## **Planejamento e especificação**

Levantamento da demanda institucional de eventos e capacitações nos núcleos da DPE/RN.

Definição de cardápios mínimos com critérios de qualidade nutricional, higiene e segurança alimentar.

Elaboração do Termo de Referência, justificativa da contratação e estimativa de quantitativos.

## **Seleção e contratação**

Realização de procedimento licitatório, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP).

Julgamento das propostas segundo critérios de menor preço por item, observadas as exigências técnicas.

Assinatura da Ata de Registro de Preços e formalização do contrato ou emissão da nota de empenho.

## **Fornecimento e entrega**

Preparo das refeições pela empresa contratada, conforme cardápio definido.

Transporte adequado até os locais de realização dos eventos institucionais.

Entrega pontual nas unidades da DPE/RN situadas em Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim e Nísia Floresta.

## **Uso e consumo**

Disponibilização imediata das refeições durante os eventos, cursos e capacitações.

Garantia de qualidade, frescor e condições sanitárias adequadas no ato do consumo.

## **Pós-uso e descarte**

Descarte ambientalmente adequado de resíduos orgânicos e embalagens, observadas as normas sanitárias e ambientais vigentes.

Incentivo à utilização de materiais recicláveis, biodegradáveis ou retornáveis para reduzir o impacto ambiental.

## **Encerramento e avaliação**

Avaliação da execução contratual pela fiscalização designada.

Registro de eventuais falhas, atrasos ou desconformidades para subsidiar renovações ou futuras contratações.

Emissão de atesto da conformidade da entrega e liquidação da despesa.

3.4. A solução contratual não se limita à mera aquisição, abrangendo o planejamento, a seleção e a contratação, o fornecimento e a entrega, o uso e o consumo, o pós-uso e o descarte, bem como o encerramento e a avaliação. Trata-se, portanto, da gestão integral de todas as etapas do ciclo de vida do objeto, de modo a assegurar eficiência, sustentabilidade e o atendimento adequado às necessidades desta Defensoria Pública.

3.5. Nesse contexto, e em observância aos critérios de sustentabilidade previstos no item 4.4 deste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá atuar de forma sustentável em todas as etapas do ciclo de vida do objeto, especialmente no que se refere ao desenvolvimento, preparo, fornecimento e descarte dos alimentos, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

3.6. Dessa forma, a solução proposta reúne os elementos necessários para, de forma integrada, atender às necessidades que motivaram a contratação, viabilizando a futura e eventual aquisição de alimentação preparada (refeições-almoço, coffee break e lanches) pela DPE/RN. Busca-se, com isso, promover maior eficiência administrativa e garantir a adequada prestação dos serviços públicos de assistência jurídica integral e gratuita à população economicamente hipossuficiente, função constitucionalmente reconhecida como essencial à justiça.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (LEI FEDERAL N. 14.133/2021, ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “D”):**

4.1. A contratação deve observar as disposições da Lei Federal n. 14.133/2021, bem como todas as demais normativas e regulamentações relativas aos serviços em referência, sem prejuízo da estrita observância às Resoluções expedidas no âmbito da DPE/RN.

4.2. Estabelece-se, desde logo, conforme o detalhamento constante nos itens 5 e 6 deste Termo de Referência, que a execução do objeto ocorrerá mediante a formalização prévia de instrumento contratual, nos termos do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais dispositivos aplicáveis. Fica consignado, ainda, que cada parte será responsável pelas consequências advindas da inexecução total ou parcial do ajuste, nos termos do art. 115, caput, da referida Lei.

4.3. No momento da assinatura do instrumento contratual, a empresa vencedora do certame deverá apresentar Alvará/ Licença de Funcionamento, expedida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, em conformidade com o Código Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte (Lei Complementar n. 31/1982), o qual estabelece que:

Art. 136 – Os estabelecimentos industriais ou comerciais onde se fabrique, prepare, beneficie, acondicione, transporte, venda ou deposite alimentos, ficam submetidos a exigências deste Código, e o funcionamento dos mesmos dependerá de licença da autoridade sanitária estadual ou municipal.

#### REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:

4.4. A empresa contratada deverá estar devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e com os padrões de sustentabilidade previstos neste instrumento e na legislação aplicável. Deverá, ainda, observar a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais normas correlatas, atendendo, no mínimo, aos seguintes requisitos de sustentabilidade:

4.5. Utilizar, preferencialmente, copos, pratos, talheres e guardanapos biodegradáveis, recicláveis ou reutilizáveis, evitando materiais plásticos descartáveis de uso único;

4.6. Priorizar o fornecimento de alimentos orgânicos, regionais ou provenientes da agricultura familiar, sempre que disponíveis, em conformidade com a legislação vigente;

4.7. Adotar medidas para redução do desperdício de alimentos, mediante planejamento adequado das quantidades e correto acondicionamento dos itens preparados;

4.8. Utilizar recipientes e caixas térmicas reutilizáveis e higienizáveis para transporte e entrega, em substituição a embalagens descartáveis;

4.9. Promover a segregação e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução contratual;

4.10. Comprovar que não utiliza mão de obra infantil, escrava ou em condições análogas à escravidão, bem como incentivar, sempre que possível, a inclusão de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social.

4.11. Além dos critérios acima, é imperativo que, na medida do aplicável, sejam observadas as diretrizes constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da CGU/AGU, o qual, embora não possua caráter vinculante para esta Defensoria Pública, serve como referência essencial para garantir a adoção de práticas que promovam a preservação ambiental, o uso eficiente dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável.

4.12. Sempre que necessário, a contratada deverá apresentar declaração ou comprovação documental de que mantém programa interno de capacitação de seus trabalhadores voltado à redução do consumo de energia elétrica, de água e da geração de resíduos sólidos.

4.13. Por fim, a solução contratada deve estar em conformidade com os costumes e idioma locais, bem como as melhores práticas nacionais e internacionais de proteção ambiental, reduzindo impactos negativos sobre o ecossistema e os direitos humanos, em todas as fases e ao longo do ciclo de vida do serviço ou produto.

#### REQUISITOS DE GARANTIA:

4.14. No que diz respeito à garantia do produto, mostra-se pertinente aduzir que a contratação deve observar as disposições do art. 26 da Lei Federal n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), para a Administração reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação.

4.15. Esclarece-se que a incidência do Código de Defesa do Consumidor à presente contratação encontra amparo no entendimento esposado pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos do REsp n. 1.772.730, na medida em que foi decidida, pela referida Corte, a possibilidade de a Administração Pública ser considerada consumidora, enquanto destinatária final, desde que assuma a posição de vulnerabilidade técnica, científica ou econômica, a exemplo do que ocorre no âmbito da presente contratação, em que a DPE/RN é técnica e cientificamente vulnerável.

4.16. A futura contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei Federal n. 14.133/2021, art. 119).

4.17. Ainda, a contratada deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante (Lei Federal n. 14.133/2021, art. 120).

#### REQUISITOS DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE:

4.18. As responsabilidades relativas à privacidade e à segurança da informação devem estar em total conformidade com o que é estabelecido na Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, comumente referida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), cujos detalhes serão mais minuciosamente abordados em uma seção subsequente.

#### DA SUBCONTRATAÇÃO E ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO:

4.19. A subcontratação somente será admitida quando, de forma motivada e sob a ótica do interesse público, não se mostrar técnica ou economicamente viável a execução integral do objeto por parte da contratada, especialmente quando se tratar de parcela da execução que demande especialização específica, considerando-se que a subcontratação constitui regra de exceção, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdãos nº 14.193/2018 – Primeira Câmara, nº 1.151/2021 – Segunda Câmara e nº 6.189/2019 – Segunda Câmara).

4.20. No caso da presente contratação, cujo objeto compreende o fornecimento de refeição/almoço, coffee break e lanche, admite-se, excepcionalmente, a subcontratação parcial, notadamente para atividades acessórias ou complementares, tais como preparo específico de itens, apoio logístico, transporte, montagem, distribuição e apoio operacional nos eventos, desde que não recaia sobre a parcela principal do objeto e que não haja prejuízo à qualidade, à regularidade do fornecimento e à execução contratual.

4.21. Tal possibilidade encontra amparo no art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a subcontratação parcial do objeto, dentro dos limites previamente estabelecidos pela Administração.

4.22. Assim, a licitante vencedora não poderá subcontratar em patamar superior a 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nem proceder à subcontratação sem prévia e expressa anuência da Administração, tampouco por valores significativamente inferiores aos pactuados, sob pena de caracterização de fraude à licitação, nos termos do Acórdão nº 799/2019 – TCU – Plenário.

4.23. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanecerá a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe a supervisão, coordenação e controle das atividades da subcontratada, bem como a responsabilidade direta perante a Administração pelo cumprimento rigoroso das obrigações contratuais relativas à parcela subcontratada.

4.24. A contratada deverá apresentar à Administração a documentação comprobatória da capacidade técnica da subcontratada, a qual será previamente analisada e juntada aos autos, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em conformidade com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

4.25. O pagamento dos serviços eventualmente subcontratados será realizado exclusivamente à contratada, permanecendo vedado qualquer pagamento direto à subcontratada pela Administração.

4.26. Fica expressamente vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica quando esta, ou seus dirigentes, mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da contratante ou com agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, bem como quando houver vínculo de parentesco, até o terceiro grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, nos termos do art. 122, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, uma vez não se observam os requisitos previstos no art. 145, §1º, da Lei Federal n. 14.133/2021, tampouco do art. 17, §1º, da Resolução n. 338/2024-CSDPE/RN.

#### DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA: FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO:

4.28. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à

execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do fornecimento da aquisição.

DA LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI) E EQUIPARADOS:

4.29. Nos termos do art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 675/2020, a presente licitação destina-se exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparados, desde que o valor estimado da contratação não ultrapasse R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). O direito de preferência será aplicado somente se o orçamento estimado, apurado mediante pesquisa de mercado realizada nos termos das disposições contidas na Resolução n. 298 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, atendendo aos limites legais estabelecidos.

DA NÃO OBRIGATORIEDADE DE COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP:

4.30. Para a presente contratação não será necessário estabelecer cota exclusiva para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, uma vez que a licitação já será destinada exclusivamente à participação de tais grupos.

DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO:

4.31. Na forma do que dispõe o art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, veda-se a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que, em razão da natureza do objeto, contratação de serviços de fornecimento de refeições/almoço, coffee break e lanches, não há elementos técnicos, operacionais ou econômico-financeiros que justifiquem a atuação conjunta de empresas para a sua execução, especialmente por não se tratar de objeto revestido de alta complexidade.

4.32. É válido destacar que os consórcios constituem alianças formais entre empresas, estabelecidas por meio de contratos, com o objetivo de realizar empreendimento conjunto, conforme previsto nos arts. 278 e 279 da Lei Federal nº 6.404/1976. Tal mecanismo baseia-se na autonomia compartilhada dos participantes, que se unem para alcançar objetivo empresarial que, em regra, não seria viável apenas com os recursos individuais de cada consorciado, seja por razões técnicas, seja por fatores econômico-financeiros.

4.33. No caso concreto, entretanto, o objeto em questão é amplamente ofertado no mercado por significativa quantidade de potenciais licitantes, inclusive microempresas e empresas de pequeno e médio porte, as quais, via de regra, possuem plena capacidade técnica, operacional, logística e econômico-financeira para a execução integral dos serviços de alimentação previstos, de modo que a vedação ao consórcio não implica qualquer restrição à competitividade do certame.

4.34. Some-se a isso que a execução dos serviços de coffee break, lanches e refeições demanda padronização operacional, logística integrada, controle sanitário contínuo, rastreabilidade dos alimentos, cumprimento rigoroso de horários e responsabilidade unitária quanto à segurança alimentar, condições que são melhor asseguradas quando há um único prestador responsável pela totalidade da execução contratual.

4.35. A formação de consórcio, neste contexto, poderia acarretar fragmentação da execução, multiplicidade de fluxos logísticos, pulverização de responsabilidades sanitárias e contratuais, bem como dificultar o controle da qualidade, a fiscalização da execução, a apuração de responsabilidades em casos de falhas, intercorrências ou infrações sanitárias, com reflexos diretos na continuidade, segurança e qualidade dos serviços prestados.

4.36. Ademais, o consorciamento implicaria aumento significativo da complexidade administrativa e procedimental do certame e da gestão contratual, diante da necessidade de análise documental de múltiplas empresas, da divisão de responsabilidades entre consorciadas e da maior dificuldade de responsabilização solidária em eventuais descumprimentos contratuais, em afronta aos princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.37. Nesse sentido, a doutrina de Marçal Justen Filho ensina que a autorização para participação de empresas em consórcio deve se restringir às hipóteses em que as dimensões e a complexidade do objeto assim o exigirem, sob pena de se favorecer a concentração de mercado e a eliminação artificial da concorrência:

“A formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo das licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. (...) É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre os

particulares.”

(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., São Paulo: Dialética, p. 359–360).

4.38. Admitir ou negar a participação de consórcios resulta, portanto, de avaliação concreta da realidade do mercado em face do objeto licitado, bem como da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução de serviços de natureza unitária, contínua e sensível do ponto de vista sanitário, como é o caso dos serviços de alimentação.

4.39. Registra-se, ainda, que outras Defensorias Públicas, ao licitar serviços da mesma natureza, igualmente vedaram a participação de empresas em consórcio, a exemplo do Pregão Eletrônico nº 20250005 da Defensoria Pública do Estado do Ceará, publicado no PNCP, reforçando a adequada prática administrativa adotada.

4.40. Diante de tais fundamentos, ampla oferta no mercado, baixa complexidade técnica, necessidade de execução unitária, riscos de fragmentação operacional e sanitária, padronização da prestação, responsabilidade única do fornecedor, eficiência da fiscalização e segurança alimentar, resta plenamente justificada a vedação à participação de empresas reunidas em consórcio, em estrita consonância com os princípios da legalidade, competitividade, proporcionalidade, eficiência, economicidade, segurança jurídica e supremacia do interesse público.

#### DA CONSULTA AO CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AO CADASTRO NACIONAL DAS EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS – CEIS E AO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS – CNEP:

4.41. Na fase de julgamento das propostas, o agente de contratação/pregoeiro deverá verificar se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros: a) O CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, conforme Resolução nº 44/2007-CNJ e suas alterações, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico: [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); b) O CADASTRO NACIONAL DAS EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União – CGU, no endereço eletrônico: [www.portaltransparencia.gov.br/sancoes](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes), conforme Lei Federal nº 12.846/2013; c) O CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes)).

4.42. A consulta aos cadastros será realizada pelo pregoeiro/agente de contratação em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal n. 8.429, de 1992.

#### DA AMOSTRA

4.43. Durante a fase de julgamento das propostas, poderá ser exigida da licitante mais bem classificada a apresentação de amostras dos serviços cotados, para fins de verificação da conformidade do objeto com as especificações técnicas deste Termo de Referência, nos seguintes termos:

4.44. A licitante convocada deverá apresentar as amostras dos itens que constituem o objeto da licitação no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à convocação realizada pelo Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico Comprasnet;

4.45. O prazo estabelecido poderá ser, excepcionalmente, prorrogado mediante solicitação devidamente justificada e comprovada, desde que aceita pela Defensoria Pública do Estado do RN-DPE/RN.

4.46. As amostras deverão estar em plena validade, acondicionadas em recipientes, vasilhames e embalagens descartáveis, higiênicas e adequadas à perfeita conservação dos produtos, e consistirão em:

Item 01 – Refeição/Almoço:

03 (três) opções de almoço, conforme as disponibilizadas no cardápio constante no Anexo I – Item I;

Grupo 01, Item 02 – Coffee Break:

06 (seis) variedades de salgados;



01 (uma) variedade de queijo;  
01 (uma) variedade de salaminho;  
01 (uma) variedade de peito de peru;  
01 (uma) variedade de presunto;  
01 (uma) opção de bolo;  
01 (uma) opção de torta salgada;  
01 (uma) opção de torta doce;  
01 (um) tipo de pão;  
01 (um) tipo de biscoito doce e 01 (um) tipo de biscoito salgado;  
02 (dois) sabores de suco, conforme especificado no Anexo I – Item I;

Grupo 01, item 03 – Lanches:

03 (três) variedades de salgados;  
01 (uma) opção de bolo;  
01 (um) tipo de biscoito petit four;  
01 (uma) opção de pão;  
01 (uma) opção de patê;  
02 (dois) sabores de suco, conforme especificado no Anexo I – Item II;

4.47. As amostras serão degustadas por Comissão Avaliadora composta por 03 (três) servidores designados, com a finalidade de aferir a adequação do serviço ofertado às necessidades da DPE/RN, segundo o critério de compatibilidade com as especificações e procedimento descrito no Anexo VI – Planilha para Avaliação de Amostras;

4.48. A licitante deverá apresentar, no mínimo, 03 (três) unidades de cada item selecionado;

4.49. A licitante deverá, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação, agendar previamente a data de apresentação das amostras;

4.50. As amostras deverão ser entregues, na data previamente agendada, no Setor de Protocolo da DPE/RN, aos cuidados da Coordenadoria de Comunicação Social, Cerimonial e Eventos, localizado na Sede Administrativa da DPE/RN, situada na Av. Sérgio Severo, nº 2037, Lagoa Nova, Natal/RN, no horário de expediente, das 08h às 15h;

4.51. A degustação será realizada nas dependências da DPE/RN, em horário definido pela Comissão Avaliadora;

4.52. O ônus da apresentação das amostras será integralmente de responsabilidade da licitante;

4.53. A licitante que não apresentar as amostras, apresentá-las fora do prazo estabelecido ou em desacordo com as especificações técnicas será desclassificada, sendo convocada a licitante subsequente, observada a ordem de classificação;

4.54. A aceitação ou reprovação das amostras ficará condicionada à emissão de relatório conclusivo pela Comissão Avaliadora, segundo o critério de compatibilidade com as especificações e procedimento descrito no Anexo VI – Planilha para Avaliação de Amostras, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento;

4.55. A reprovação da amostra, em razão do não atendimento integral das especificações e padrões de qualidade exigidos, implicará na desclassificação da proposta da licitante;

4.56. O relatório conclusivo da análise das amostras será inserido no respectivo processo administrativo da licitação e, oportunamente, terá seu resultado divulgado pelo Pregoeiro, assegurada a devida publicidade a todos os interessados;

4.57. As amostras aprovadas ou reprovadas durante a verificação de conformidade poderão ser consumidas, não gerando qualquer ônus à Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte – DPE/RN.

4.58. A exigência de amostra física encontra fundamento no art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, configurando medida proporcional e necessária para assegurar a qualidade do objeto, em conformidade com os princípios da isonomia, da competitividade, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

4.59. Do ponto de vista técnico-operacional, a apresentação de amostras mostra-se indispensável, pois:

- a) reduz riscos de fornecimento inadequado, evitando a aquisição de produtos que, embora compatíveis em descrição documental, não atendam ao desempenho ou à qualidade exigida;
- b) garante igualdade entre as licitantes, assegurando avaliação com base em critérios objetivos e verificáveis de qualidade;
- c) aumenta a eficiência administrativa, prevenindo litígios contratuais e reduzindo custos com substituição ou rejeição de produtos em desconformidade.

#### DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL

4.60. O Edital de licitação será divulgado e mantido no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como também divulgado em jornal diário de grande circulação.

#### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO (LEI FEDERAL N. 14.133/2021, ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “E”):**

5.1. Conforme será detalhado no item 6 deste Termo de Referência, a execução do objeto ocorrerá mediante a formalização prévia de instrumento contratual, nos termos do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais dispositivos aplicáveis. Fica consignado que cada parte responderá pelas consequências decorrentes da inexecução total ou parcial do ajuste, conforme dispõe o art. 115, caput, da referida Lei.

#### DO LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.2. A definição do local, da data e do horário para a execução dos serviços será comunicada à CONTRATADA, preferencialmente por meio eletrônico, no momento da solicitação do serviço e/ou da convocação para assinatura do contrato, ficando a execução limitada aos municípios abrangidos pelo escopo da contratação, quais sejam: Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim e Nísia Floresta.

5.3. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA as despesas com frete, transporte, seguro e demais custos advindos da execução dos serviços e entrega do objeto nas dependências da Contratante.

#### DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

##### Execução e prazos

5.4. A execução do objeto deverá ser iniciada no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da formalização do instrumento contratual e da emissão da respectiva nota de empenho, devendo sua execução observar integralmente a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.5. Em caráter excepcional, mediante solicitação da CONTRATANTE e acordo entre as partes, o referido prazo poderá ser reduzido para até 24 (vinte e quatro) horas, exclusivamente para atendimento de demandas urgentes, desde que sem prejuízo da qualidade dos serviços e sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

5.6. A entrega do objeto poderá ocorrer em quaisquer dias da semana, nos períodos matutino, vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme a necessidade, conveniência e prévio agendamento por parte da CONTRATANTE.

5.7. Considerando que o objeto envolve o fornecimento de refeições diretamente vinculado à realização de eventos previamente agendados, não será admitida a prorrogação do prazo de entrega, tendo em vista a natureza perecível dos alimentos, bem como a necessidade de cumprimento rigoroso do cronograma institucional, sob pena de comprometimento da finalidade da contratação.

5.8. Durante a realização dos eventos, o prazo mínimo a ser observado para a prestação dos serviços será de 3 (três) horas, e, na hipótese de o evento exceder o tempo previsto, a contratada deverá acondicionar os alimentos em embalagens adequadas e deixá-los à disposição.

##### Qualidade e responsabilidade sanitária

5.9. A contratada deverá assegurar a excelência na prestação dos serviços, garantindo o rigoroso cumprimento das normas sanitárias vigentes, a qualidade, inocuidade e segurança dos alimentos fornecidos, bem como a plena satisfação da Defensoria Pública.

5.10. Deverá manter controle permanente e sistemático de qualidade e higiene em todas as etapas do processo, abrangendo, no mínimo, o preparo, a manipulação, o acondicionamento, o armazenamento e o transporte dos alimentos, observando, obrigatoriamente, as disposições da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 216/2004 da ANVISA, que estabelece as Boas Práticas para Serviços de Alimentação, sem prejuízo da observância das demais normas sanitárias federais, estaduais e municipais aplicáveis aos serviços de alimentação preparada.

5.11. É, ainda, de responsabilidade da contratada disponibilizar equipe qualificada, treinada e suficiente para o atendimento e a execução dos serviços durante os eventos, devendo os garçons, atendentes e auxiliares atuar devidamente uniformizados, identificados e em condições adequadas de asseio e apresentação pessoal, compatíveis com o padrão do serviço contratado.

5.12. A depender das características do evento, da logística envolvida e por solicitação da Coordenadoria de Comunicação Social, Cerimonial e Eventos, a contratada deverá fornecer os lanches em embalagens individuais, devidamente lacradas, que assegurem o correto acondicionamento, a higiene, a integridade e a segurança dos alimentos, sem prejuízo da qualidade e da apresentação dos produtos ofertados.

#### Embalagens e transporte

5.13. Os alimentos deverão ser acondicionados em embalagens adequadas e aprovadas pela ANVISA, que garantam vedação, preservação da temperatura, textura e integridade até o consumo, evitando riscos de contaminação. O transporte deverá ser realizado exclusivamente em veículos destinados a alimentos para consumo humano, higienizados e equipados para manter temperatura estável.

#### Insumos e cardápio

5.14. A contratada deverá priorizar frutas frescas e polpas naturais regionais da estação para o preparo de sucos, vedado o fornecimento de bebidas artificiais. Açúcares e adoçantes deverão ser disponibilizados em sachês avulsos. Bolos, tortas e biscoitos deverão ser preparados preferencialmente com ingredientes regionais, valorizando a culinária local.

5.15. Fica vedada à CONTRATADA qualquer alteração do cardápio previamente definido e aprovado pela CONTRATANTE, conforme disposto no Anexo I deste Termo de Referência. A alteração somente será admitida, em caráter excepcional, nos casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, desde que preservados integralmente a qualidade, a quantidade, o valor contratado e a pontualidade da execução.

5.16. A solicitação de alteração deverá observar o seguinte procedimento:

- I - ser formalizada pela CONTRATADA, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação à data prevista para a execução do fornecimento;
- II - conter justificativa detalhada;
- III - indicar, de forma expressa, a substituição pretendida.

5.17. A substituição somente será admitida entre itens previamente previstos no cardápio constante do Anexo I deste Termo de Referência;

5.18. A alteração somente poderá ser realizada mediante autorização prévia e expressa da CONTRATANTE, que avaliará a pertinência da justificativa e a adequação da substituição proposta.

5.19. Considerando que o prazo de execução contratual é de até 5 (cinco) dias corridos a contar da formalização do contrato, não serão admitidas solicitações intempestivas que inviabilizem a análise pela CONTRATANTE ou comprometam a regular execução do objeto

#### Montagem e atendimento

5.20. Está incluído nas obrigações da CONTRATADA o fornecimento de toda a infraestrutura necessária à plena execução dos serviços de coffee break e lanche, compreendendo, dentre outros: cobre-manchas; pranchões e mesas para buffet devidamente cobertos com toalhas e decorados com flores ou frutas naturais; guardanapos de papel ou de tecido; cutelaria e utensílios completos, incluindo todo o material indispensável à execução dos serviços, tais como bandejas, travessas, jarras para líquidos, copos de vidro e descartáveis, taças, xícaras de louça, pratos de louça e talheres de inox, bem como a disponibilização de garçons, cumins e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

- 5.21. A disposição dos alimentos deverá estar concluída com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao horário previsto para o início do evento, devendo a reposição ser realizada de forma contínua durante toda a sua duração, de modo a assegurar o padrão adequado de atendimento.
- 5.22. Todos os utensílios, equipamentos e materiais utilizados deverão estar devidamente higienizados nas dependências da CONTRATADA, em estrita observância às normas sanitárias vigentes.
- 5.23. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe adequada de apoio, composta por copeira(s) e garçons, na proporção mínima de 01 (uma) copeira/pessoal de apoio e 02 (dois) garçons para cada grupo de até 100 (cem) pessoas, devendo o quantitativo ser ajustado de acordo com a dimensão, duração e complexidade do evento.
- 5.24. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil da realização do evento, os dados pessoais dos funcionários alocados, consistentes, no mínimo, em nome completo e CPF, para fins de controle institucional e acesso às dependências da DPE/RN.
- 5.25. A vestimenta da copeira e dos garçons deverá ser adequada, padronizada e compatível com os requisitos de higiene e apresentação profissional exigidos para os serviços de alimentação, devendo o uniforme estar sempre limpo, passado e em perfeito estado de conservação, sendo vedada a utilização de peças com manchas, rasgos ou desgastes aparentes.
- 5.26. Recomenda-se que os profissionais utilizem camisa ou blusa de manga longa ou curta em cores neutras ou institucionais, calça comprida (social ou de tecido resistente), avental de proteção e calçados fechados, antiderrapantes e confortáveis, assegurando condições adequadas de segurança, higiene e apresentação.
- 5.27. Para a manutenção da higiene pessoal, os cabelos deverão estar presos quando longos, e as unhas limpas e aparadas, sendo vedado o uso de fragrâncias fortes, a fim de não interferir no ambiente do serviço. Quando necessário, deverão ser utilizadas toucas ou redes para os cabelos, especialmente no serviço direto de manipulação de alimentos. Tais cuidados visam assegurar a imagem profissional da equipe, a organização do serviço e a conformidade com as normas sanitárias aplicáveis.
- 5.28. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o fornecimento, a instalação, a operação e o controle dos equipamentos necessários ao acondicionamento dos alimentos em temperatura adequada durante os eventos, de forma a preservar suas características, qualidade e segurança alimentar.
- 5.29. As refeições completas (almoços) deverão ser fornecidas no formato de marmitas.

#### Do critério de quantificação, medição e faturamento

- 5.30. Nos itens de alimentação cuja execução dependa de quantitativo variável de participantes, poderá ser prevista, no contrato administrativo, estimativa base de atendimento acompanhada de margem operacional de flutuação destinada a garantir a adequada execução do evento institucional.
- 5.31. O faturamento e o pagamento dos serviços serão realizados proporcionalmente ao quantitativo efetivamente consumido e aferido pela fiscalização contratual, observados os limites mínimos e máximos eventualmente definidos na respectiva Ordem de Fornecimento.
- 5.32. A Administração poderá estabelecer quantitativo mínimo de faturamento correspondente à franquia operacional necessária ao preparo, mobilização logística e disponibilização dos insumos inerentes à execução do serviço, bem como quantitativo máximo de atendimento compatível com a capacidade operacional exigida da CONTRATADA.
- 5.33. Na hipótese de consumo superior à estimativa base inicialmente prevista, o pagamento das unidades adicionais efetivamente fornecidas ficará condicionado à comprovação formal do quantitativo efetivamente consumido durante o evento, mediante relatório da fiscalização, lista de presença, contagem física, Termo de Aferição de Escopo, ata de encerramento ou outro instrumento idôneo de controle administrativo.
- 5.34. Fica vedada a cobrança automática, presumida ou estimada das unidades disponibilizadas a título de margem operacional de segurança, sendo devido pagamento exclusivamente pelos quantitativos efetivamente aferidos pela fiscalização contratual.
- 5.35. A CONTRATADA assume integral responsabilidade pela disponibilização da estrutura logística, operacional e quantitativo alimentar necessários ao atendimento da margem operacional eventualmente prevista pela Administração, não lhe assistindo direito à indenização, reequilíbrio econômico-financeiro ou pagamento complementar pelas unidades remanescentes não consumidas além

da franquia mínima eventualmente estabelecida.

### Fiscalização e suporte

5.36. É obrigatória a presença de responsável técnico no momento da entrega para conferência conjunta com a equipe de fiscalização da Defensoria Pública. Todos os equipamentos e materiais necessários à execução (tais como fornos, fogões, freezers e utensílios) serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, inclusive quanto à reposição imediata em caso de extravio, dano ou quebra, sem ônus adicional para a contratante.

5.37. Os serviços serão avaliados por meio do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, constante do Anexo II deste Termo de Referência, destinado a aferir o nível de desempenho da CONTRATADA quanto ao cumprimento dos resultados estabelecidos. O não atingimento de 100% (cem por cento) das metas previstas poderá ensejar o redimensionamento proporcional do valor a ser pago, conforme critérios definidos no referido instrumento, sem prejuízo da aplicação das demais sanções contratuais cabíveis.

### Encerramento

5.38. Após o término do evento, a contratada deverá providenciar a retirada integral de utensílios, cutelaria e equipamentos, garantindo a imediata limpeza e organização do espaço utilizado, de forma a preservar a imagem institucional da Defensoria Pública.

### Deveres e disciplina exigidos

5.39. Compete à empresa contratada assumir a responsabilidade integral pela logística de materiais, equipamentos e pessoal necessários à execução dos serviços, em estrita observância ao cronograma estabelecido pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

### DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.40. Nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, inciso II, alíneas “a” e “b”, o objeto contratual será recebido:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do objeto executado com as exigências contratuais; e
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado detalhado que comprove o integral atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

5.41. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive em momento anterior ao recebimento provisório, quando constatada desconformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência, em seus anexos ou na proposta apresentada pela contratada. Nessa hipótese, a contratada deverá promover, às suas expensas, a imediata substituição, complementação ou regularização do objeto no prazo máximo de 01 (uma) hora, contado da respectiva notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.42. O prazo reduzido para regularização justifica-se em razão da natureza do objeto e de sua vinculação direta à realização dos eventos institucionais promovidos pela Administração, de modo que eventual atraso poderá acarretar perda total ou substancial da utilidade da contratação, comprometendo a finalidade pública pretendida.

5.43. Para fins de recebimento provisório, medição e faturamento, será considerada como data de referência o último dia do evento em que houver a efetiva disponibilização e execução dos serviços contratados, observados os quantitativos efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização contratual.

5.44. Previamente ao recebimento definitivo, o fiscal do contrato deverá proceder à análise da execução contratual, mediante aferição da qualidade, regularidade, adequação e desempenho dos serviços prestados, em conformidade com os indicadores objetivos previstos neste Termo de Referência e no Instrumento de Medição de Resultados – IMR, constante do Anexo II.

5.45. O IMR será obrigatoriamente utilizado pela fiscalização contratual durante o recebimento provisório dos serviços, constituindo instrumento indispensável para fins de medição, atesto da execução, autorização de faturamento e posterior recebimento definitivo do objeto.

5.46. A aferição dos resultados obtidos por meio do IMR poderá ensejar o redimensionamento proporcional dos valores devidos à contratada, observados os critérios de avaliação e as hipóteses de glosa previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das demais medidas administrativas, contratuais e sancionatórias cabíveis.

5.47. O recebimento definitivo do objeto será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação do integral cumprimento das especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade, condições contratuais e prazos de execução previstos neste Termo de Referência, mediante emissão de termo detalhado.

5.47.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, por igual período, desde que haja justificativa técnica devidamente fundamentada relacionada à necessidade de realização de diligências complementares destinadas à aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.47.2. Na hipótese de apresentação de manifestação administrativa pela contratada em face do resultado da avaliação realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, nos termos do item 16.13 da Cláusula Décima Sexta do contrato, o prazo para recebimento definitivo ficará suspenso a partir da ciência formal da manifestação pela Administração, voltando a fluir pelo período remanescente após a conclusão da análise administrativa e a comunicação da decisão definitiva à contratada.

5.48. Quando houver controvérsia acerca da execução do objeto, especialmente quanto à quantidade, qualidade ou dimensão da prestação executada, observar-se-á o disposto no art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a contratada ser formalmente comunicada para emissão de nota fiscal relativamente à parcela incontroversa da execução contratual, para fins de liquidação e pagamento.

5.49. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, qualidade, segurança e regular execução do objeto, tampouco afasta a responsabilidade por vícios ocultos, defeitos supervenientes ou desconformidades posteriormente constatadas.

5.50. Permanecem igualmente preservadas as responsabilidades ético-profissionais da contratada decorrentes da execução integral do objeto contratual, nos termos da legislação aplicável e das disposições pactuadas.

5.51. A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio do fiscal e dos gestores designados para acompanhamento da contratação, supervisionará a execução do objeto e prestará os esclarecimentos necessários à adequada operacionalização do recebimento, medição e fiscalização contratual.

5.52. As comunicações entre a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e a contratada deverão ocorrer, preferencialmente, por escrito, sempre que o ato exigir formalização ou produção de efeitos administrativos.

5.53. Para os fins deste contrato, serão considerados meios formais de comunicação, dentre outros: Ordem de Fornecimento, Ofícios, Atas de Reunião, correio eletrônico institucional, sistema de abertura de chamados, notificações administrativas, cartas e mensagens instantâneas enviadas por aplicações de internet oficialmente disponibilizadas pelas partes.

5.54. A contratada deverá manter atualizados, durante toda a execução contratual, seus endereços físicos e eletrônicos, números de telefone, bem como a identificação dos representantes formalmente autorizados para recebimento de comunicações, notificações e solicitações relacionadas à execução do contrato.

#### DA COMUNICAÇÃO FORMAL ENTRE OS CONTRATANTES

5.55. As comunicações entre a Defensoria Pública e a empresa licitante/contratada devem ocorrer por escrito sempre que o ato demandar tal formalidade.

5.56. Comunicação prévia à Defensoria Pública do Rio Grande do Norte deve ser feita através da Coordenadoria de Comunicação Social, Cerimonial e Eventos, por meio do endereço eletrônico: comunicacao@dpe.rn.def.br ou pelo telefone (84) 99931.0590.

5.57. A contratada deverá disponibilizar canal de comunicação, a exemplo de e-mail, telefone de contato, whatsapp, para contato formal entre as partes.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU**

## **ENTIDADE (LEI FEDERAL N. 14.133/2021, ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “F”):**

6.1. Conforme previsto no item 5.1, a execução do objeto dar-se-á mediante formalização prévia de instrumento contratual, nos termos do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais dispositivos aplicáveis. Cada parte responderá pelas consequências decorrentes da inexecução total ou parcial do ajuste, em conformidade com o art. 115, caput, da mencionada Lei.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, eventual cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei Federal n. 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. As comunicações entre as partes contratantes devem ser realizadas por escrito, podendo tais comunicações ser enviadas por meios eletrônicos (e-mail, aplicativo de mensagens), desde que atestado o recebimento pelo interessado.

6.4. A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Se necessário, a contratante poderá convocar a parte contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:**

6.6. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal n. 14.133/2021, art. 117, *caput*), sem excluir outras atribuições e competências previstas na portaria que os designou, no âmbito da DPE/RN, ou em normativas aplicáveis à espécie.

6.7. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133/2021, e na Portaria que os designou, no âmbito da DPE/RN, caberá ao fiscal do instrumento contratual e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

II - anotar no histórico de gerenciamento do instrumento contratual todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - fiscalizar a execução, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

IV - comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do instrumento sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

V - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;

VI - manter contato com o preposto da contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

VII - efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

VIII - sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

IX - notificar formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

X - desempenhar outras atividades compatíveis com a função, em conformidade com a lei e regulamentos que incidam efeitos no âmbito da DPE/RN.



6.8. O fiscal do contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, consoante prevê o art. 117, §1º, da Lei Federal n. 14.133/2021.

6.9. O fiscal do instrumento contratual verificará a manutenção das condições de habilitação da parte contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.10. Na hipótese de ocorrer descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.11. 6.10.1. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Federal n. 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.12. O fiscal do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O fiscal do instrumento contratual tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

#### DA GESTÃO CONTRATUAL:

6.14. Sem prejuízo de outras atribuições e competências previstas na portaria que lhe designou, no âmbito da DPE/RN, o gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando, quando necessário, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da parte contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, ainda, desempenhar outras atividades compatíveis com a função, em conformidade com a lei e regulamentos que incidam efeitos no âmbito da DPE/RN.

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (LEI FEDERAL N. 14.133/2021, ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “G”):**

7.1. Será indicada a retenção e/ou glosa no pagamento, de forma proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, sempre que constatado que a CONTRATADA:

- a) Deixar de cumprir o horário estabelecido para o fornecimento da alimentação preparada;
- b) Descumprir as regras constantes nos itens 5 e 6 deste Termo de Referência, que estabelecem a infraestrutura necessária para o fornecimento da alimentação preparada, tipo refeição-almoço, coffee break e lanche; e
- c) Fornecer bebidas em temperatura inadequada e/ou não adotar as medidas necessárias para a adequada conservação dos alimentos.

7.2. A utilização do IMR (Anexo II deste Termo de Referência) não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. Considerando que a demanda por serviços de alimentação destinados aos eventos institucionais apresenta caráter variável e flutuante, em razão da diversidade de públicos, formatos e quantitativos de participantes, a execução do objeto deverá observar as regras previstas nos itens 5.30 a 5.35 deste Termo de Referência.

7.4. De acordo com a Resolução n. 338/2024-CSDP/RN, em resumo, o processo regular de liquidação e pagamento ocorrerá pelas seguintes etapas e prazos:

ETAPA	PROCEDIMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
Protocolo da cobrança	Apresentação de: documento fiscal; declaração de optante pelo Simples Nacional, se cabível; declaração do SICAF ou comprovação individual da regularidade fiscal, social e trabalhista.	Credor	Data do recebimento definitivo do objeto
Lançamento na lista geral de credores	Recebimento da solicitação de cobrança.	Fiscal	Imediatamente ao protocolo
Registro da fase “em liquidação”	Registro contábil da despesa no sistema orçamentário, financeiro e contábil da instituição, assim como das informações sobre as retenções tributárias e previdenciárias de origem não trabalhista no sistema EFD-Reinf.	COPC	Até 2 dias úteis do protocolo
Atesto (liquidação)	Verificação da documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação, bem como se os bens entregues ou os serviços prestados atenderam às especificações e condições previamente acordadas.	Fiscal	Até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação de cobrança.
Pagamento	Por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.	COPC	O prazo para pagamento será limitado a 10 (dez) dias úteis, a contar da data da emissão do termo de liquidação de despesa, sendo esse reduzido à metade para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 75, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

## Liquidação

7.5. O procedimento de liquidação da despesa iniciar-se-á a partir do protocolo, por parte do credor, da solicitação de cobrança perante o setor de fiscalização, incumbindo ao fiscal do instrumento contratual efetuar, de forma imediata, o lançamento do beneficiário do documento de cobrança na lista geral de credores, conforme os termos estabelecidos pela Resolução n. 338/2024-CSDP/RN.

7.6. A solicitação de cobrança será acompanhada de nota fiscal, fatura ou documento equivalente, de documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, além de qualquer outra espécie de documentação porventura exigida no instrumento contratual.

7.7. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em conformidade com o Decreto Estadual n. 32.705/2023, assim como com a Instrução Normativa RFB n. 1234/2012.

7.8. No caso de a contratada ser pessoa jurídica optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional), essa deverá anexar à nota fiscal/fatura declaração de acordo com o modelo constante no anexo IV da Instrução Normativa RFB n. 1234, de 11 de janeiro de 2022, ou, alternativamente, consulta ao Portal Simples Nacional atualizada, devendo informar imediatamente à contratante qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional, conforme disposto no Art. 6º do referido diploma normativo.

7.9. Em se verificando o atraso no encaminhamento da nota fiscal, fatura ou documento necessário ao processo de liquidação da despesa ou, ainda, quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, o fiscal do instrumento contratual providenciará a notificação, por escrito e com comprovação do recebimento, da empresa contratada para regularização no prazo máximo de 2 dias úteis.

7.10. Por ocasião da apresentação da nota fiscal, fatura ou recibo, a contratada deverá fornecer declaração emitida pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade, comprovação de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e órgãos fazendários federal, estadual e municipal, além de certidão negativa de débitos trabalhistas.

7.11. Devidamente autuada, a solicitação de cobrança protocolada deve ser encaminhada, no prazo máximo de 2 dias úteis, à Coordenadoria de Orçamento, Planejamento e Contabilidade da Defensoria Pública para que proceda, em igual prazo, ao registro contábil da fase da despesa "em liquidação" no respectivo sistema orçamentário, financeiro e contábil, bem como para que efetue o registro, tempestivo, das informações sobre as retenções tributárias e previdenciárias de origem não trabalhista no sistema público de escrituração fiscal digital de retenções e outras informações fiscais EFD-Reinf, na forma disciplinada pela Instrução Normativa RFB n. 2043, de 12 de agosto de 2021, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 2096, de 18 de julho de 2022, a teor do art. 9º da Resolução n. 338/2024-CSDP/RN.

7.12. Tão logo efetuado o registro contábil a que se refere o artigo anterior, a Coordenadoria de Orçamento, Planejamento e Contabilidade devolverá ao responsável pela fiscalização do contrato ou instrumento equivalente e formalização do termo de liquidação da despesa, encaminhando-lhe a documentação apresentada pelo credor, devidamente acompanhada da cópia da correspondente nota de empenho, para fins de atesto da despesa, com o visto da fatura, recibo e/ou nota fiscal pelo gestor do contrato ou instrumento equivalente.

7.13. A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação de despesa.

7.14. Considera-se liquidação de despesa o segundo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a execução do objeto ou de etapa do cronograma físico-financeiro, conforme o caso.

7.15. Quem detiver a responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização do instrumento contratual conferirá a documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação, verificando, junto aos respectivos órgãos expedidores, as autenticidades das certidões de regularidade apresentadas, bem como se os serviços prestados atenderam às especificações e condições previamente acordadas, a teor do que estabelece o art. 63 da Lei n. 4.320/1964, de modo que, em não sendo detectada pendência, será emitido o atesto.

7.16. O pagamento das indenizações previstas no § 2º do art. 138 e no art. 149 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade, ainda que o contrato ou instrumento equivalente já tenha sido encerrado.

7.17. O fiscal do instrumento contratual, responsável pelo atesto da pertinente despesa, adotará

as providências necessárias para a conclusão da etapa de liquidação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da apresentação da solicitação de cobrança, conforme art. 10 da Resolução n. 338/2024-CSDP/RN. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, o prazo para liquidação da despesa será reduzido pela metade.

7.18. Constatada qualquer pendência em relação ao documento fiscal, à prestação do serviço, à realização da obra, à locação ou à entrega do bem ou de parcela desse, o contratado deverá ser notificado e interromper-se-ão os prazos oponíveis à Defensoria Pública exclusivamente quanto a esse credor, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais credores posicionados na ordem cronológica das exigibilidades. Além disso, no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, nas contratações firmadas sob a égide da Lei n. 14.133/2021, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

7.19. Previamente ao pagamento, a Administração deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

7.20. A eventual perda das condições de que trata o caput não enseja, por si, retenção de pagamento pela Defensoria Pública do Estado.

7.21. Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, a Defensoria Pública deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação.

7.22. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Defensoria Pública, pode ocasionar a rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa em procedimento apuratório.

7.23. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato ou instrumento equivalente, até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.24. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado, por escrito, para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança perante a Defensoria Pública do Estado será tornada sem efeito, com a consequente exclusão da lista classificatória de credores.

7.25. O fornecedor será reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem do prazo de liquidação oponível à unidade administrativa contratante.

7.26. Nas contratações celebradas sob a égide da Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, na forma do artigo 143 da referida lei.

7.27. A notificação do credor deverá conceder o prazo máximo de 2 dias úteis para regularização da situação, observando-se sempre o prazo estabelecido para cumprimento das obrigações relativas ao EFD-Reinf.

### **Prazo de pagamento**

7.28. Na forma disciplinada pelo art. 11, § 2º, da Resolução n. 338/2024-CSDP/RN, salvo disposição contratual em sentido diverso, o prazo para pagamento será limitado a 10 (dez) dias úteis, a contar da data da emissão do termo de liquidação de despesa, sendo esse reduzido à metade para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 75, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.29. Esgotado o prazo estipulado no instrumento contratual ou, na sua ausência, o prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem a correspondente liquidação da despesa, em virtude de mora exclusiva da Defensoria Pública, a referida despesa terá prioridade sobre todas as demais, ficando sobrestada qualquer outra liquidação custeada pela mesma fonte de recursos (art. 12, da Resolução n. 338/2024-CSDP/RN).

7.30. No caso de atraso injustificado de pagamento e desde que a empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá incidir encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), em regime de juros simples.

7.31. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $AF = \text{Atualização Financeira devida}$ ;  $N = \text{número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento}$ ;  $I = \text{índice de compensação financeira (0,00016438)}$ ;  $VP = \text{valor da prestação em atraso}$ .

7.32. Alterações da ordem cronológica de pagamentos estão disciplinadas no art. 18, da

## **Forma de pagamento**

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Considera-se como data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária correspondente.

7.35. Conforme estabelecido na Instrução Normativa n. 1234/2012 da Secretaria da Receita Federal do Brasil e o Decreto n. 32.705/2023 do Estado do Rio Grande do Norte, nos pagamentos que venham a ser efetuados pela Defensoria Pública do Rio Grande do Norte a retenção do imposto de renda incidente na fonte, de que trata o art. 157, I, da Constituição Federal, será obrigatório, com recolhimento ao Tesouro Estadual.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.37. Não será admitida a antecipação de pagamento, conforme o art. 145, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

7.38. A transferência de crédito ou a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira nesta contratação será viável mediante a adoção das seguintes cautelas: a celebração de termo aditivo entre a Administração e a contratada; a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista também por parte da cessionária; a certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar; o crédito a ser pago à cessionária esteja dentro do montante contratual, com descontos de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração e que a cessão de crédito não afete a execução do objeto contratado, que continuará sob a responsabilidade da empresa contratada.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (LEI FEDERAL N. 14.133/2021, ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “H”):**

8.1. **Modalidade licitatória:** PREGÃO ELETRÔNICO.

8.2. **Tipo:** MENOR PREÇO

8.3. **Adjudicação:** POR ITEM (Refeição- almoço) E POR GRUPO (coffee break e lanches).

8.4. **Aplicação do direito de preferência a microempresas e empresas de pequeno porte:**

8.5. Deverá ser aplicado, ao certame, o tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte previstos na Lei Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020 e, supletivamente, com as disposições da Lei Complementar Federal nº 123/2006, na hipótese de o orçamento estimado, a ser definido com a pesquisa mercadológica nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, indicar um montante de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Assim, considerando o orçamento a ser realizado, poderá a licitação ser realizada exclusivamente para participação de microempresas ou empresas de pequeno porte.

### **Justificativa para a adjudicação por grupo**

8.6. O objeto da presente contratação é divisível, por compreender serviços distintos de fornecimento de refeição-almoço, coffee break e lanche, os quais apresentam características próprias quanto à forma de preparo, complexidade operacional, logística de entrega e composição dos custos.

8.7. Dessa forma, o item “Refeição – Almoço” foi definido como item único, em razão de sua maior complexidade técnica e operacional, por envolver preparo de refeições completas, controle sanitário mais rigoroso, estrutura específica de produção, adequação nutricional, além de logística diferenciada de transporte e acondicionamento, o que demanda capacidade técnica e operacional própria do fornecedor.

8.8. Por sua vez, os itens “Coffee Break” e “Lanche” foram agrupados em um mesmo lote, tendo em vista a similaridade de natureza, composição, forma de preparo, logística de distribuição e perfil de execução, sendo usualmente ofertados, de forma conjunta, por um mesmo segmento de mercado. O referido agrupamento viabiliza ganho de eficiência operacional, racionalização da execução contratual e economia de escala, sem prejuízo à competitividade.

8.9. A modelagem adotada observa o disposto na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União – TCU, segundo a qual é obrigatória a adjudicação por item sempre que o objeto for divisível, desde que não haja prejuízo ao conjunto ou perda de economia de escala, com vistas a ampliar a competitividade e a participação de licitantes.

8.10. Assim, a forma de parcelamento e agrupamento dos itens foi definida de modo a preservar a competitividade, garantir a eficiência da contratação, assegurar a economicidade e atender ao interesse público, em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas.

#### **Proposta de preços:**

8.11. As propostas apresentadas deverão ter validade mínima de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de abertura do certame, nos termos do art. 90, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021. A fixação desse prazo justifica-se pela necessidade de assegurar tempo hábil para que a Administração conclua os trâmites administrativos indispensáveis, sem delongas excessivas, bem como para prevenir oscilações de mercado que possam comprometer a vantajosidade e a estabilidade das condições ofertadas.

8.12. Nesta contratação, é vedada a apresentação de proposta com quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

8.13. As propostas de preços escritas, quando solicitadas, deverão ser redigidas em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, formulada em conformidade com as condições estabelecidas, e dela deverão constar:

- a) Razão social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e indicação de endereço eletrônico (e-mail);
- b) Descrição do objeto, com indicação da marca/modelo/fabricante, quantidade, unidade, valor unitário e total (R\$);
- c) A indicação destacada da alíquota (%) e do valor nominal do ICMS e/ou do ISS, devendo a licitante observar o regime tributário adequado à preponderância de sua operação (incidência de ICMS para o simples fornecimento de alimentos ou de ISS para a prestação de serviços de buffet e organização com disponibilização de estrutura e pessoal), em estrita conformidade com as legislações estadual e municipal vigentes.

8.14. As empresas inscritas no Simples Nacional ficam dispensadas da apresentação do destaque do ICMS, consoante art. 4º do Decreto Estadual n. 21.034/2009, devendo apresentar a comprovação dessa condição.

8.15. O preço ofertado pela licitante deverá ser considerado em sua integralidade, abrangendo, assim, todos os custos com mão de obra, materiais, transporte, insumos e serviços necessários à consecução do objeto, todos os tributos, taxas, contribuições, encargos fiscais, trabalhistas e previdenciário, comerciais, custo com emissão de nota fiscal, bem como aqueles secundários, considerando deslocamento de pessoal, eventuais hospedagens ou qualquer outro que seja necessário para garantir a efetiva prestação dos serviços.

8.16. A proponente deverá preencher sua proposta conforme modelo anexado ao presente Termo de Referência.

#### **Desclassificação das propostas:**

8.17. A análise das propostas objetivará o atendimento das condições estabelecidas neste termo de referência, sendo desclassificada a proposta que:

- a) Contenha emendas, rasuras ou borrões não ressaltados, ou que ponham em dúvida a seriedade e as informações essenciais à sua compreensão;
- b) Não atenda às especificações técnicas contidas neste termo;
- c) Não indique todas as informações exigidas pela Administração;
- d) Não contenha, quando for o caso, as planilhas orçamentárias, geral e específicas, e de detalhamento analítico de cada preço unitário de serviços, não ressaltadas ou complementada pela proponente;
- e) As propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, conforme previsto no artigo 11, da Lei Federal n. 14.133/2021.
- f) Cujas amostras sejam reprovadas.

g) Cujas amostras sejam aprovadas com ressalvas e, no prazo estabelecido, a licitante não adote medidas para sanar a divergência.

h) Deixar de cumprir a cota de aprendiz a que a empresa está obrigada, nos termos do artigo 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e artigo 429 e seguintes, do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

### **Habilitação:**

8.18. Em conformidade com os arts. 62 a 70 da Lei Federal n. 14.133/2021, as propostas para fins de habilitação no certame licitatório deverão ser acompanhadas obrigatoriamente dos documentos listados abaixo:

### **Habilitação jurídica**

8.19. Para fins de habilitação jurídica, deverão ser apresentados os seguintes documentos, conforme a natureza da pessoa jurídica:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.20. Os documentos apresentados, para fins de habilitação jurídica, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

8.21. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma disciplinada pelo art. 68 da Lei Federal n. 14.133/2021, deverão ser apresentados:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da pessoa jurídica.
- d) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do

Tempo de Serviço (FGTS).

f) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943

h) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, distrital e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

i) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual n. 675, de 06 de novembro de 2020, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

j) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência. A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

k) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e outras normas específicas.

8.22. Em atenção ao disposto do art. 63, III, da Lei n.º 14.133/2021, serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

#### **Habilitação econômico-financeira:**

8.23. No que diz respeito à qualificação econômico-financeira, deverá ser apresentado:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

b.1) As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.2) O balanço patrimonial limitar-se-á ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

#### **Habilitação técnica:**

8.25. A empresa deverá apresentar ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, emitido por Órgão ou Entidades da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou, ainda, por empresas privadas, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto a ser contratado.

8.26. O atestado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado; identificação da contratada e descrição clara do objeto fornecido, informando o cumprimento das obrigações assumidas perante a empresa privada ou órgão público que está emitindo o atestado.

8.27. Não serão aceitos atestados emitidos por pessoa física para fins de comprovação da capacidade técnica de empresa licitante (Acórdão 927/2021 - TCU - Plenário).

8.28. O atestado de capacidade técnica poderá ser apresentado em nome da matriz ou filial da



## **9. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA**

9.1. A teor da Resolução n. 324/2024-CSDP, após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

- I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do caput do art. 10 da mencionada resolução;
- II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
  - a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e
- III - será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

9.2. O registro a que se refere o inciso II do item 9.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

9.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do inciso II do item 9.1 antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido inciso.

9.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o inciso II do item 9.1 e do item 9.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- II - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 23 e 24 da Resolução n. 324/2024-CSDP.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

## **10. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. Para fins de procedimento de registro de preços, o órgão gerenciador deverá, na fase preparatória do procedimento licitatório - em observância ao disposto do artigo 86, da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Resolução nº 310/2023 - CSDP, realizar procedimento público de Intenção de Registro de Preço - IRP, visando possibilitar, pelo prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do art. 7º e nos incisos I, III e IV do caput do art. 8º, do Decreto Federal nº 11.462/2023.

10.2. O prazo mínimo estabelecido começará a fluir a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da IRP no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, de que trata o art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.3. O procedimento de Intenção de Registro de Preço poderá ser dispensado, com a devida justificativa, quando:

- a) a Defensoria Pública do Estado for o único contratante ante a especificidade do bem a ser adquirido ou do serviço a ser contratado;
- b) a estimativa de preços realizada em sede de estudo preliminar ou na fase de pesquisa mercadológica verificar que eventual diferença de alíquotas de impostos ou outros encargos incidentes, condições e locais de entrega possa implicar em variação de preços, com possibilidade de prejuízo à economicidade da contratação;
- c) a amplitude da contratação demonstre a inviabilidade de gerenciamento pela Defensoria Pública do Estado, desde que devidamente justificada;
- d) o objeto a ser contratado exigir sigilo ou envolver segurança institucional.

10.4. O disposto do item 10.3 reveste-se de caráter meramente exemplificativo, podendo os órgãos responsáveis pela elaboração dos instrumentos de planejamento verificar outras situações que impossibilitem a abertura de intenção de registro de preços, desde que devidamente justificadas.

10.5. Apresentados pedidos de intenção de registros de preços no prazo legal, a Defensoria Pública do Estado poderá aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à Intenção de Registro de Preços (IRP):

- I - os quantitativos considerados mínimos ou ínfimos;
- II - a inclusão de novos itens pretendidos pelo órgão ou entidade participante;
- III - os itens de mesma natureza, mas com modificações em suas especificações;
- IV - a inclusão de novos locais para entrega do bem ou execução do serviço;
- V - inclusão de outras condições técnico-operacionais para a contratação.

## **11. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Após os procedimentos previstos no item 9, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n. 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- I - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- II - a justificativa apresentada seja aceita pela Defensoria Pública.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no item 9, fica facultado à Defensoria Pública convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata a alínea “a” do inciso II do item 9 aceitar a contratação nos termos do disposto no caput deste artigo, a Defensoria Pública, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- I - convocar os licitantes de que trata a alínea “b” do inciso II do item 9 para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- II - adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Defensoria Pública a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **12. DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMOS DE QUANTITATIVOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. Conforme dicção do art. 18 da Resolução n. 324/2024-CSDP, fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

12.2. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados por meio da ferramenta de Gestão de Atas, quanto a:

- I - os quantitativos e os saldos;
- II - as solicitações de adesão; e
- III - o remanejamento das quantidades.

### **13. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

13.1. Considerando o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como nos arts. 25, § 7º, 80, 82, § 5º e 84 da Lei Federal n. 14.133/2021, e o art. 20 da Resolução n. 324/2024-CSDP, a Ata de Registro de Preços poderá ser objeto de revisão e reajuste, conforme as seguintes disposições.

#### **REAJUSTE DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

13.2. O reajuste de preço observará o princípio da anualidade, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

13.3. O pedido de reajuste dependerá de formalização de requerimento escrito pelo fornecedor. Caso ocorra a prorrogação da vigência da ata de registro de preços sem a formalização do pedido, este ficará precluso.

13.4. O reajuste observará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mantido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado nos doze meses, a contar da data-base estabelecida no item supra.

13.5. Caso ocorra atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o órgão gerenciador poderá deferir a prorrogação da vigência da ata de registro de preços, ressaltando a possibilidade de análise posterior do pedido de reajuste de preços.

13.6. A formalização de aditivo de prorrogação do prazo de vigência sem a concessão de reajuste ou sem ressalva expressa de sua futura análise será interpretada como renúncia ou preclusão lógica do direito ao reajuste.

13.7. No caso de extinção ou impossibilidade de utilização do índice estabelecido, será adotado outro índice oficial determinado pela legislação vigente. Caso não haja previsão legal, as partes definirão um novo índice por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, exceto quando coincidir com a prorrogação da Ata de Registro de Preços, ocasião em que será formalizado por aditamento.

#### **REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

13.9. A revisão excepcional dos preços registrados poderá ocorrer para estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata de registro de preços em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata de registro de preços, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco eventualmente estabelecida no instrumento e a manutenção da vantajosidade para a Administração Pública.

13.10. Os preços registrados poderão ser alterados também em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, o que poderá ser verificado pela Administração Pública mediante realização de pesquisa mercadológica atualizada.

13.11. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.12. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.13. Na hipótese prevista no item 13.11 o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

13.14. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

13.15. Poderão ensejar a revisão do preço, desde que se trate de fato superveniente à apresentação do orçamento-estimado e que restem comprovados os requisitos normativos previstos no art. 124, II, "d", da Lei Federal n. 14.133/2021, as seguintes situações, sem prejuízo de outras regularmente comprovadas:

- I - Criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços

registrados;

II - Elevação dos custos incidentes sobre o objeto registrado, em decorrência de situações de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou eventos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis e exorbitantes;

III - Superveniência de disposições normativas que impactem significativamente os valores registrados.

13.16. O pedido de revisão do preço deverá, sob pena de indeferimento, ser instruído pelo fornecedor com planilha de composição de custos, demonstrando as alterações ocorridas entre a data da proposta aceita pela Administração na fase de seleção do fornecedor e a data do pedido de reequilíbrio formalizado, bem como com documentos que comprovem, de forma efetiva, o fato alegado para alteração do preço.

13.17. A Administração poderá solicitar documentação complementar para subsidiar a análise do pedido de revisão ou reajuste, visando garantir a transparência e economicidade na gestão da Ata de Registro de Preços, incumbindo ao fornecedor apresentá-los no prazo máximo de cinco dias corridos.

13.18. A simples variação do preço do produto no mercado ou a variação cambial, por si só, não caracterizam álea extraordinária.

13.19. Para instruir o procedimento, o órgão gerenciador poderá realizar pesquisa mercadológica com preços atuais, conforme os critérios estabelecidos no art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021 e na Resolução n. 298/2023-CSDPE/RN.

13.20. Na hipótese do pedido de revisão de preços não se mostrar mais vantajoso para a Administração Pública e desde que comprovados os requisitos normativos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n. 14.133/2021, a Defensoria Pública poderá optar pela não concessão do aumento do preço registrado e pela liberação do fornecedor do compromisso. Antes do cancelamento da ata de registro de preços, os fornecedores do cadastro de reserva poderão ser consultados quanto ao interesse em assumir as obrigações da ata.

13.21. A revisão dos preços registrados será formalizada por meio de termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

13.22. O pedido de revisão do preço formalizado após o recebimento de ordem de compra ou ordem de serviço não exime o fornecedor do cumprimento da requisição.

13.23. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado ou de pedidos genéricos, o pleito será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 23 da Resolução n.º 324/2024- CSDP.

13.24. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Defensoria Pública convocará os fornecedores do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação do procedimento de contratação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

13.25. Se não obtiver êxito nas negociações, a Defensoria Pública procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

14.1. O registro do fornecedor será cancelado pela Defensoria Pública do Estado, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não acusar o recebimento da nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Defensoria Pública sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 22 da Resolução n. 324/2024-CSDP; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

14.2. Na hipótese prevista no inciso IV do item 14.1 caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, a Defensoria Pública poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações

derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no *caput* será formalizado por decisão da Defensoria Pública Geral, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Defensoria Pública poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela Defensoria Pública, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no §3º do art. 22[9] e do §4º do art. 22 da Resolução n. 324/2024-CSDP.

**15. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

15.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 22 da Lei Federal n. 14.133, de 2021; e
- III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da Defensoria Pública e do fornecedor.

15.2. A autorização da Defensoria Pública apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

15.3. Após a autorização da Defensoria Pública, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pela Defensoria Pública, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**LIMITES PARA ADESÕES:**

15.5. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o item 15.1:

- I - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para a Defensoria Pública; e
- II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Defensoria Pública, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (LEI FEDERAL N.º 14.133/2021, ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "I").**

16.1. Baseando-se na pesquisa mercadológica realizada pela Subcoordenadoria de Patrimônio e Logística, nos termos da Resolução nº 298/2023-CSDP (ID 0063868), o valor estimado da contratação corresponde a R\$ 110.002,50 (cento e dez mil, dois reais e cinquenta centavos). Os valores unitários e totais estimados para cada item encontram-se discriminados na tabela a seguir:

Item/Grupo	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item 1	Refeição – Almoço	150	UN	19,27	2.890,50
Item 2/ Grupo 1	Coffee Break	1.600	UN	58,37	93.392,00

Item 3/ Grupo 1	Lanche	700	UN	19,60	13.720,00
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>110.002,50</b>

**17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (LEI FEDERAL N.º 14.133/2021, ART. 6º. INCISO XXIII, ALÍNEA "J"):**

- 17.1. Considerando que a presente contratação visa à constituição de Ata de Registro de Preços, não se faz necessária, neste momento, a indicação da existência de dotação orçamentária, sendo exigida apenas a comprovação da disponibilidade de créditos orçamentários quando da formalização do termo de contrato ou do instrumento hábil equivalente, nos termos do art. 12 da Resolução nº 324/2024-CSDP, de 12 de janeiro de 2024.
- 17.2. Não obstante, registra-se, desde já, que o programa de trabalho e a subação que lastrearão a despesa são os seguintes:

UO/Programa de Trabalho: 05101 – 03.122.0100.2088  
Subação: 208801 – Manutenção e Funcionamento da Defensoria Pública do RN

**18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS CORRESPONDENTES AO DESCUMPRIMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

- 18.1. O disposto neste tópico está em consonância com os arts. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 18.2. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Defensoria Pública do Rio Grande do Norte ou terceiros.
- 18.3. De acordo com as obrigações assumidas no curso do procedimento licitatório, tem-se as seguintes infrações e respectivas penalidades:

LICITAÇÃO		
Infrações	Sanções aplicáveis	Gradação da penalidade de multa
Deixar de entregar a documentação exigida pelo edital.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	3% (três por cento) sobre o valor da proposta de preços.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	4% (quatro por cento) sobre o valor da proposta.
Apresentar declaração ou documentação falsa.	Declaração de inidoneidade e multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta.
Fraudar a licitação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Declaração de inidoneidade e multa.	10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	Declaração de inidoneidade e multa.	10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.	Declaração de inidoneidade e multa.	10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

- 18.4. Quanto às obrigações assumidas após a adjudicação do objeto ao fornecedor beneficiário,

temos as seguintes infrações e respectivas penalidades:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS			
Infrações	Sanções aplicáveis	Gradação da penalidade de multa	
		Primeira ocorrência	Reincidências
Não assinar a ata quando convocado ou não entregar a documentação exigida para sua celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumulada ou não com multa.	10% (dez por cento) sobre o valor total registrado em ata.	-
Ensejar o retardamento da execução da ata sem motivo justificado.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata.	10% (dez por cento) sobre o valor total registrado em ata.
Não atender ou não se manifestar sobre as solicitações da Administração.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata.	10% (dez por cento) sobre o valor total registrado em ata.

18.5. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

18.6. É da competência do órgão gerenciador, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

18.7. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências passíveis de penalização, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

18.8. No tocante às obrigações decorrentes da execução em si do contrato/instrumento equivalente ao contrato firmado entre as partes, seguem os possíveis descumprimentos e respectivas penalidades:

TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE			
Infrações	Sanções aplicáveis	Gradação da penalidade de multa	
		Primeira ocorrência	Reincidências
Dar causa à inexecução parcial.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	3% (três por cento) sobre o valor do contrato.	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.
Não cumprir com as obrigações previstas neste Termo de Referência e/ou no instrumento equivalente ao contrato.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	3% (três por cento) sobre o valor do contrato.	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.	10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.
Dar causa à inexecução total.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.	
Ensejar o retardamento da entrega do objeto.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor do contrato, até o limite de 30% deste valor.	2% (dois por cento) por dia de atraso, sobre o valor do contrato, até o limite de 30% deste valor.
Praticar ato fraudulento na execução do instrumento contratual.	Declaração de inidoneidade e multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.	10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Declaração de inidoneidade e multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.	10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

### **Advertência**

18.9. A penalidade de advertência será aplicada, exclusivamente, em razão do cometimento de infrações relacionadas a dar causa à inexecução parcial do contrato (art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

### **Multa**

18.10. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

18.11. Ainda, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato, conforme artigo 162, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.12. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

### **Impedimento de licitar e contratar**

18.13. A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Rio Grande do Norte.

### **Declaração de inidoneidade**

18.14. A penalidade de declaração de inidoneidade impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

### **Procedimento administrativo sancionador:**



18.15. Em observância ao contraditório e à ampla defesa, antes da aplicação de sanções deverá ser facultada a defesa por escrito do interessado, a qual deverá conter as provas que pretende produzir, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

18.16. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.17. Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

18.18. As sanções serão aplicadas pelo Defensor Público Geral do Rio Grande do Norte.

18.19. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a contratante;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.20. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Defensoria Pública do Rio Grande à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.21. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.22. Da decisão administrativa decorrente do processo administrativo sancionador, o licitante interessado poderá interpor recurso administrativo, em atenção ao disposto do artigo 70, da Lei Estadual nº 303/2005 - aplicada de forma subsidiária, apontado as razões de legalidade ou mérito, bem como indicar:

- I - Nome, qualificação e endereço do recorrente;
- II - exposição clara e congruente das razões de fato e de direito que justificam a interposição.

18.23. Terão legitimidade para interpor recurso administrativo, nos termos do artigo 70, incisos de I a IV:

- I - os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo;
- II - aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida;
- III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos ou interesses coletivos;
- IV - os cidadãos ou associações quanto a direitos ou interesses difusos.

18.24. O recurso administrativo será dirigido à autoridade que proferiu a decisão no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar ou manter o seu posicionamento, conforme artigo 72, da Lei Estadual nº 303/2005.

18.25. Salvo exigência legal, o recurso administrativo independe de caução.

18.26. Atos de mero expediente ou preparatórios de decisões são irrecorríveis.

18.27. Os débitos do contratado para com a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma contratação ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

18.28. As sanções administrativas impostas serão compulsoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), nos sistemas atrelados ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte (TCE-RN), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no

Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), devendo ocorrer, nestes dois cadastros, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da aplicação, em atenção ao artigo 161, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.29. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observado o rito procedimental definido neste instrumento.

18.30. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.31. Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de idoneidade para licitar ou contratar, a aplicação das sanções realizar-se-á nos moldes do procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

18.32. Nesta hipótese, a prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização de licitantes e contratados, suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846/2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

#### **Da readmissão do licitante ou contratado perante a autoridade**

18.33. Poderá ser admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - pagamento da multa;
- III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

18.34. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII, do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

### **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

19.1. Executar esta contratação em conformidade com as normas estabelecidas na Lei Federal n. 14.133/2021, e suas alterações, bem como em consonância com o Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e demais documentos que vinculam a contratação.

19.2. Manter, durante toda a execução do contrato/ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal n. 14.133/2021.

19.3. Responsabilizar-se civil, penal e administrativamente pela reparação de todos os danos, perdas e prejuízos que, direta ou indiretamente, decorram de sua ação ou omissão, por culpa ou dolo sua, de seus empregados, de seus prepostos ou de terceiros no exercício de suas atividades, causados ou provocados à contratante e a terceiros, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização por parte da contratante (Lei Federal n. 14.133/2021, art. 120).

19.4. Responsabilizar-se, em relação aos seus profissionais, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto do contrato, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, auxílio-refeição, auxílio-transporte, uniforme completo, bem como todos os demais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei Federal n. 14.133/2021, art. 121, caput).

- 19.5. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei Federal n. 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 19.6. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, nos termos do art. 92, inciso XVII, da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 19.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei Federal n. 14.133/2021, art. 119).
- 19.8. Manter controle de qualidade e absoluta higiene no preparo, manipulação, armazenamento e transporte dos alimentos, bebidas e demais itens em observância à legislação pertinente.
- 19.9. Entregar os itens objeto da contratação no local, data e hora indicados pela CONTRATANTE, adequadamente acondicionados em embalagens higiênicas que proporcionem sua perfeita conservação até o momento de serem consumidos.
- 19.10. Estar em conformidade com a legislação sanitária pertinente e disponibilizar, sempre que solicitada pela CONTRATANTE, a documentação comprobatória no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 19.11. Atender às convocações da CONTRATANTE, cumprindo os prazos estipulados pela Administração em cada convocação, notadamente para assinatura de contratos ou aditivos.
- 19.12. Disponibilizar, proporcionalmente ao número de participantes, toda infraestrutura para o serviço de coffee break e lanche: cobrir manchas, pranchões de mesas para buffet coberto com toalhas e decorado com flores ou frutas naturais, guardanapos de papel ou de tecido, cutelaria completa incluindo todo o material necessário (bandejas, travessas, jarra para líquidos, copos de vidro e descartáveis, taças, xícaras de louça, pratos de louça e talheres de aço inox), bem como garçons e cumins, e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.
- 19.13. Indicar preposto a quem o Gestor e o Fiscal do Contrato se reportarão de forma ágil.
- 19.14. Atender às convocações da contratante cumprindo os prazos estipulados por ela em cada convocação, se necessário.
- 19.15. Informar, em até 2 (dois) dias úteis, à contratante as alterações de dados, como, por exemplo, endereços, telefones, e-mail, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação das partes.
- 19.16. Solicitar, em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações contratuais.
- 19.17. Fornecer o objeto contratado conforme especificações, prazos e preços indicados no Edital de Licitação e seus anexos, sob pena de sanção administrativa.
- 19.18. Assinar Termo de Sigilo e Confidencialidade emitido pela CONTRATANTE, se for o caso.
- 19.19. Providenciar a correção das deficiências, falhas ou irregularidades, referentes à forma de execução do objeto contratado, bem como ao cumprimento das demais obrigações assumidas.
- 19.20. Substituir, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, qualquer material defeituoso por outro com as mesmas especificações exigidas no Edital de Licitação ou de qualidade superior.
- 19.21. Responder pelos danos de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou à CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação ou omissão dolosa ou culposa de seus empregados ou de quem estiver credenciado a agir em seu nome
- 19.22. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança, prevenção de acidentes e incêndios no desempenho de cada etapa das funções específicas.
- 19.23. Acatar todas as exigências da CONTRATANTE, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 19.24. A responsabilidade da CONTRATADA pelo fornecimento dos produtos não será reduzida, ou alterada em decorrência da existência da fiscalização da CONTRATANTE.
- 19.25. Entregar os materiais contratados acompanhados da Nota Fiscal correspondente, observando que o ônus decorrente desse procedimento deverá ser por sua conta.
- 19.26. Dever de informar na Nota Fiscal a descrição do serviço prestado, de acordo com as especificações descritas na Nota de Empenho e na ordem de serviço.

19.27. Manter sempre atualizado o seu endereço, telefone, *e-mail* e meios de contato junto à CONTRATANTE.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

20.1. Proporcionar à empresa contratada todas as condições necessárias para o regular cumprimento do objeto contratado, em conformidade com as determinações da Lei Federal n. 14.133/2021.

20.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa contratada, de acordo com os termos de sua proposta, bem assim do que resta especificado no Termo de Referência, neste instrumento e na legislação aplicável, solicitando a adoção de medidas efetivas à correção ou adequação do objeto, quando necessário.

20.3. Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que venham a ser solicitado para que a empresa fornecedora possa desempenhar suas funções.

20.4. Permitir o acesso dos empregados da empresa fornecedora às dependências da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, para execução do objeto, quando solicitado e se for o caso.

20.5. Receber provisoriamente os bens, disponibilizando local, data e horário.

20.6. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do material com as especificações constantes do TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

20.7. Notificar, por escrito, à empresa fornecedora do objeto deste contrato acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no bem fornecido, dentro do prazo de garantia para a sua substituição.

20.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

20.9. Fiscalizar e acompanhar a execução de entrega do objeto.

20.10. Atestar recebimento do objeto referente à Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, bem como efetuar o pagamento desta nas condições e preços pactuados.

20.11. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

20.12. Convocar, se necessário, representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

20.13. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que atine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.14. Observar para que sejam mantidas, pela contratada, as condições de habilitação e qualificação inicialmente exigidas, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

20.15. Cientificar o órgão de representação judicial da Defensoria Pública do Rio Grande do Norte para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado.

## **21. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI FEDERAL N. 13.709/2018:**

21.1. Obrigações Gerais e Princípios da LGPD: A Contratada declara ter pleno conhecimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e da legislação correlata aplicável, comprometendo-se a observar rigorosamente todos os princípios e fundamentos nela estabelecidos, especialmente os da finalidade, adequação, necessidade, transparência, segurança e prevenção, em todas as operações de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito deste contrato. É vedada a utilização de quaisquer dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual para finalidade diversa daquela que fundamenta o objeto deste instrumento, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

21.2. Sigilo e Confidencialidade: As partes comprometem-se a manter sigilo e confidencialidade absolutos sobre todas as informações tratadas em razão da execução contratual, em especial os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, observando o disposto na Lei nº 13.709/2018. É vedado o repasse dessas informações a terceiros, salvo quando decorrer de obrigação legal, judicial ou para o estrito cumprimento do objeto contratual, mediante autorização expressa da Defensoria Pública.

21.3. Segurança da Informação: A Contratada deverá implementar e manter medidas técnicas e administrativas de segurança adequadas à natureza dos dados pessoais tratados e aos riscos inerentes às atividades executadas, com o objetivo de proteger tais dados contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, em conformidade com o art. 46 da LGPD e as boas práticas de segurança da informação

21.4. Responsabilidade por Danos: A Contratada responderá administrativa, civil e criminalmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos causados aos titulares de dados pessoais em decorrência do descumprimento da LGPD, deste contrato ou de qualquer outra norma aplicável à matéria.

21.5. Tratamento de Dados Pessoais no Âmbito Contratual: Para a execução dos serviços objeto deste contrato, a Contratante poderá ter acesso aos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, tais como nome completo, número de CPF e RG, endereço eletrônico e residencial, bem como cópia do documento de identificação, os quais serão utilizados exclusivamente para fins de gestão e execução contratual.

21.6. Comunicação de Incidentes de Segurança: A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais, incluindo acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, adotando, de imediato, as providências previstas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018.

21.7. Adequação e Conformidade: A Contratada se compromete a adotar e manter procedimentos internos compatíveis com a LGPD e com as boas práticas de governança em privacidade e segurança da informação, assegurando a proteção dos dados pessoais tratados e a prevenção de incidentes.

21.8. Cooperação e Fiscalização: A Contratada deverá cooperar integralmente com a Contratante no atendimento às requisições de titulares de dados pessoais e submeter-se às diligências e auditorias que venham a ser realizadas pela Defensoria Pública, a fim de verificar o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula e na legislação vigente.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. Qualquer tolerância por parte da Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

22.2. A contratação decorrente deste instrumento não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela empresa contratada para a execução do objeto contratual, sendo a empresa contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

22.3. Os casos omissos serão decididos pela Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, segundo as disposições contidas na Constituição Federal, pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Federal nº 8.078/1990, pela Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Federal nº 12.527/2011 e pelas Resoluções do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e normas e princípios gerais dos contratos e instrumentos equivalentes.

22.4. Na forma apresentada alhures, a contratada guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações ou documentos fornecidos pela Defensoria Pública do Rio Grande do Norte ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedadas todas ou quaisquer reproduções, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término, aplicando-se as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados.

22.5. Será considerada comunicação oficial todo contato realizado por correspondência (física ou eletrônica, incluindo-se aplicações de internet, como, por exemplo, *whatsapp* e publicação no Diário Oficial do Estado. As partes deverão fornecer um número telefônico válido para contato, bem como conta de e-mail, para fins de estabelecimento de correspondências.

## **23. ANEXOS**

ANEXO I- Cardápio (ID 0102820);  
ANEXO II- Instrumento de Medição de Resultado- IMR (ID 0102821);  
Anexo III- Minuta da Ata de Registro de Preços (ID 0102822);  
ANEXO IV- Minuta do contrato (ID 0107831);  
ANEXO V- Minuta da proposta de preços (ID 0102827); e  
ANEXO VI-Planilha para avaliação das amostras (ID 0102829).

Natal/RN, *data da assinatura eletrônica*.

Liza Priscilla de Melo Machado

Assistente Defensorial

Mat. **216.108-7**



Documento assinado eletronicamente por **Liza Priscilla de Melo Machado, Assistente Defensorial**, em 10/06/2026, às 12:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.rn.def.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0107807** e o código CRC **F4972CCA**.

**ANEXO**

**SERVIÇO REFERENTE AO FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK (ITEM I, GRUPO 01)**

**SALGADOS, PELO MENOS 6 TIPOS A SEREM ESCOLHIDOS:**

- Bolinho de bacalhau;
- Croquete de carne;
- Mini quiche de queijo;
- Mini quiche de frango;
- Coxinha de frango;
- Pastel de carne;
- Pastel de frango;
- Queijadinhas;
- mini croissants de queijo;
- mini croissants de chocolate;
- Empadinha de frango;
- Empadinha de camarão.

**FRIOS (ITENS OBRIGATÓRIOS):**

Queijos (prato, provolone, parmesão, queijo do reino) ;  
Salaminho;  
Presunto;  
Peito de peru;  
Copa.

**PADARIA (ITENS OBRIGATÓRIOS):**

**Bolos:** no ato da solicitação do serviço a CONTRATANTE escolherá **03 (três) sabores** distintos de bolos dentre as opções mínimas a seguir:

- Bolo de milho

- Bolo de macaxeira
- Bolo de chocolate
- Bolo de laranja
- Bolo de cenoura com chocolate
- Bolo de fubá com goiabada
- Bolo mesclado
- Bolo de ovos

Observação: cada bolo deverá ter peso mínimo de 1kg.

**Tortas salgadas:** no ato da solicitação do serviço a CONTRATANTE escolherá **03 (três) sabores** distintos de tortas salgadas dentre as opções mínimas a seguir:

- Torta de frango
- Torta de frango com requeijão
- Torta de carne de sol
- Torta de palmito
- Torta de queijo do reino

**Tortas doces:** no ato da solicitação do serviço a CONTRATANTE escolherá 03 (três) sabores distintos de tortas doces dentre as opções mínimas a seguir:

- Torta de chocolate
- Torta de queijo e goiabada
- Torta de brigadeiro

**Pães:** no ato da solicitação do serviço a CONTRATANTE escolherá 03 (três) tipos distintos de pães dentre as opções mínimas a seguir:

- Pão de queijo
- Mini pão francês
- Bisnaguinha
- Mini pão de batata
- Mini croissant
- Mini cachorro quente

**Biscoitos doces e salgados:** no ato da solicitação do serviço a CONTRATANTE escolherá 03 (três) tipos distintos de biscoitos dentre as opções mínimas a seguir:

- Biscoitos amanteigados
- Biscoitos tipo petit four, simples ou decorados com chocolate ou confeitos
- Biscoito recheado com goiabada
- Biscoitos salgado de queijo
- Bolacha salgada



**FRUTAS (ITENS OBRIGATÓRIOS)**

Frutas diversas (banana, melão, mamão, abacaxi, uva, manga) ou salada de frutas.

**BEBIDAS (ITENS OBRIGATÓRIOS)**

**Sucos da fruta:** no ato da solicitação do serviço a CONTRATANTE escolherá 02 (dois) tipos distintos de sucos dentre as opções mínimas a seguir:

- Suco de Uva
- Suco de Cajá
- Suco de Goiaba
- Suco de Abacaxi
- **Refrigerantes:** 02 tipos (coca-cola e guaraná);
- **Refrigerante diet:** 02 tipos (coca cola zero e guaraná zero);

Água mineral com e sem gás;

Achocolatado;

Chocolate quente;

Açúcar e adoçante;

Café doce;

Café amargo.

**SERVIÇO REFERENTE AO FORNECIMENTO DE LANCHE (ITEM II, GRUPO 01)**

## 6 TIPOS DE SALGADOS A SEREM ESCOLHIDOS:

Pastel de carne;

Mini quiche de queijo;

Mini quiche de frango;

Coxinha de frango;

Empadinha de frango;

Mini hambúguer

Mini pizza

Sanduíche natural de frango

**Bolos:** no ato da solicitação do serviço a CONTRATANTE escolherá **02 (dois) sabores** distintos de bolos dentre as opções mínimas a seguir:

- Bolo de chocolate
- Bolo de laranja
- Bolo de cenoura com chocolate
- Bolo mesclado
- Bolo de ovos

**Biscoitos do tipo petit four:** no ato da solicitação do serviço a CONTRATANTE escolherá 02 (dois) tipos distintos de biscoitos dentre as opções mínimas a seguir:

- Biscoitos tipo petit four, simples ou decorados com chocolate ou confeitos
- Biscoito recheado com goiabada
- Biscoitos salgado de queijo

**Pães:** no ato da solicitação do serviço a CONTRATANTE escolherá 02 (dois) tipos distintos de pães dentre as opções mínimas a seguir:

- Pão de queijo
- Mini pão de batata
- Mini croissant
- Mini cachorro quente

**Patês:** no ato da solicitação do serviço a CONTRATANTE escolherá 02 (dois) tipos distintos de patês dentre as opções mínimas a seguir:

- Patê de frango
- Patê de peito de peru
- Patê de queijo

**BEBIDAS:**

**Sucos de fruta:** no ato da solicitação do serviço a CONTRATANTE escolherá 02 (dois) tipos distintos de sucos dentre as opções mínimas a seguir:

- Suco de Uva
- Suco de Cajá
- Suco de Goiaba
- Suco de Abacaxi

- **Refrigerantes:** 02 tipos (coca-cola e guaraná);

- **Refrigerante diet:** 02 tipos (coca cola zero e guaraná zero);

Café (com e sem açúcar, obrigatório vir acompanhado de sachê de adoçante e açúcar);

Chá (com e sem açúcar, obrigatório vir acompanhado de sachê de adoçante e açúcar).



Documento assinado eletronicamente por **Liza Priscilla de Melo Machado, Assistente Defensorial**, em 20/05/2026, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.rn.def.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.rn.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0102820** e o código CRC **676A86E5**.

**ANEXO**

**ANEXO II:  
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR  
Contrato nº XX/2026**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO EVENTO**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentação preparada (refeição/almoço, coffee break e lanche) para atendimento das demandas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

**Contratada:**

**Data do evento:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Local** \_\_\_\_\_ **do** \_\_\_\_\_ **evento:**

**Fiscal** \_\_\_\_\_ **responsável:**

**2. AVALIAÇÃO DO SERVIÇO**

2.1. O fiscal deverá atribuir nota a cada característica do fornecimento realizado.

2.2. Cada característica poderá receber pontuação apenas uma única vez por evento e, caso uma mesma situação se enquadre em mais de um item, deverá ser considerada apenas a ocorrência de maior gravidade.

2.3. Ao final, deve ser apurada a media aritmética simples das pontuações para definição da faixa de glosa.

INFRAESTRUTURA	
Situação verificada	Nota
Infraestrutura integralmente adequada, com atendimento completo às exigências do contrato	10
Infraestrutura parcialmente adequada, com falhas leves de organização, estética, apresentação ou montagem, sem prejuízo relevante ao consumo dos alimentos	7
Infraestrutura inadequada, com ausência ou insuficiência de recipientes, utensílios, mobiliários, equipamentos ou falhas relevantes de montagem que comprometam parcialmente a organização, distribuição, conservação ou consumo dos alimentos	4
Ausência de infraestrutura essencial, comprometendo de maneira significativa a execução adequada do serviço, a distribuição ou o consumo dos alimentos durante o evento	0

PONTUALIDADE	
Situação verificada	Nota
Ausência de atraso	10

Atraso de 5 a 15 minutos	8
Atraso de 16 a 30 minutos	6
Atraso de 31 a 40 minutos	3
Atraso acima de 40 minutos	0

TEMPERATURA E CONSERVAÇÃO DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	
Situação verificada	Nota
Alimentos e bebidas servidos em temperatura adequada, corretamente acondicionados e em conformidade com as normas sanitárias aplicáveis	10
Existência de falhas leves de temperatura ou acondicionamento, sem risco sanitário e sem comprometimento relevante do consumo	7
Alimentos ou bebidas servidos fora da temperatura adequada, com indícios de conservação inadequada ou desconformidade sanitária que comprometa parcialmente a qualidade do serviço	4
Constatação de infração sanitária grave, incluindo indícios de contaminação, produtos vencidos, acondicionamento incompatível com segurança alimentar, presença de corpos estranhos ou qualquer situação com risco potencial ou efetivo à saúde dos participantes	0

PONTUAÇÃO FINAL DO SERVIÇO	
Infraestrutura	
Pontualidade	
Temperatura e conservação	
Média (soma das notas ÷ 3)	

## 5. FAIXAS DE GLOSA

Média final apurada no evento	Nível de desempenho da execução	Percentuais de glosa
9 a 10 pontos	Execução plenamente adequada	Sem glosa
8 a 8,9 pontos	Execução adequada com falhas leves	Glosa de 2%
7 a 7,9 pontos	Execução parcialmente adequada	Glosa de 5%
5 a 6,9 pontos	Execução inadequada relevante	Glosa de 10%
Abaixo de 5 pontos	Execução gravemente inadequada	Glosa de 15%

5.1. A atribuição de nota 0 (zero) em qualquer objeto de avaliação ou de média final abaixo de 7,0 (sete) pontos poderá acarretar o não recebimento do serviço, além de caracterizar hipótese de infração administrativa a ensejar a aplicação das sanções cabíveis, na forma prevista no contrato.

## 6. OBSERVAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Representante da contratada



Documento assinado eletronicamente por **Liza Priscilla de Melo Machado, Assistente Defensorial**, em 20/05/2026, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.def.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0102821** e o código CRC **AE0F55DB**.

## ANEXO

### ANEXO III: MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, criada pela Lei Complementar nº 251, de 07 de julho de 2003, com sede à Rua Sérgio Severo, 2037, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59.063-380, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.628.844/0001-20, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Norte, **Francisco Sidney de Castro Ribeiro Feijão**, inscrito no CPF/MF sob nº \*\*\*.389.014-\*\*, residente e domiciliado em Natal/RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Resolução nº 324/2024-CSDP, 12 de janeiro de 2024 e demais normas legais aplicáveis à espécie, em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/XXX-DPE/RN - SRP (XXXXXX/2025-Comprasnet), para fins de **REGISTRO DE PREÇOS**, Recibo junto ao TCE nº XXXXXX, RESOLVE registrar preços ofertados pela empresa relacionada, de acordo com a classificação alcançada, conforme informações a seguir: XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada na XXXXXXXXXXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, Telefone: XXXXXXXXXXXXXXXX, representada legalmente XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº \*\*\*.xxx.xxx-\*\*.

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de alimentação preparada (coffee break, lanche e refeição-almoço), destinadas à realização de eventos institucionais da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, a serem realizados nos municípios de Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim e Nísia Floresta, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Como anexo ao presente instrumento, consta o resultado da consulta realizada junto aos demais participantes do pregão eletrônico para fins de formação de cadastro de reserva, nos termos do art. 13 da Resolução n. 324/2024-CSDP.

1.3. As disposições relacionadas à formalização de ata de registro de preços e cadastro de reserva estão previstas no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

#### 2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES REGISTRADOS

2.1. *Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:*

Item/Grupo	Item	Descrição	Quantidade	Unidade
Item	1	Refeição/Almoço	150	Und
Grupo 01	1	Coffee Break	1.600	Und
	2	Lanche	700	Und

		<p><b>Observação: Todos os itens deverão ser entregues nos municípios de Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim e Nísia Floresta.</b></p>		
--	--	---	--	--

- 2.2. A descrição detalhada do cardápio encontra-se no Anexo I do Termo de Referência.
- 2.3. Valor Total da ata de registro de preços: R\$                     .
- 2.4. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos nesta ata de registro de preços.

### 3. **DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de vigência da presente ata de registro de preços será de um ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, e desde que comprovado o preço vantajoso.

### 4. **DO PARTICIPANTE (INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX)**

- 4.1. XX

### 5. **CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO, INCLUINDO EVENTUAL PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

#### DO LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 5.1. A definição do local, da data e do horário para a execução dos serviços será comunicada à CONTRATADA, preferencialmente por meio eletrônico, no momento da solicitação do serviço e/ou da convocação para assinatura do contrato, ficando a execução limitada aos municípios abrangidos pelo escopo da contratação, quais sejam: Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim e Nísia Floresta.

- 5.2. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA as despesas com frete, transporte, seguro e demais custos advindos da execução dos serviços e entrega do objeto nas dependências da Contratante.

#### DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

##### Execução e prazos

- 5.3. A execução do objeto deverá ser iniciada no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da formalização do instrumento contratual e da emissão da respectiva nota de empenho, devendo sua execução observar integralmente a vigência da Ata de Registro de Preços.

- 5.4. Em caráter excepcional, mediante solicitação da CONTRATANTE e acordo entre as partes, o referido prazo poderá ser reduzido para até 24 (vinte e quatro) horas, exclusivamente para atendimento de demandas urgentes, desde que sem prejuízo da qualidade dos serviços e sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

- 5.5. A entrega do objeto poderá ocorrer em quaisquer dias da semana, nos períodos matutino, vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme a necessidade, conveniência e prévio agendamento por parte da CONTRATANTE.

- 5.6. Considerando que o objeto envolve o fornecimento de refeições diretamente vinculado à realização de eventos previamente agendados, não será admitida a prorrogação do prazo de entrega, tendo em vista a natureza perecível dos alimentos, bem como a necessidade de cumprimento rigoroso do cronograma institucional, sob pena de comprometimento da finalidade da contratação.

- 5.7. Durante a realização dos eventos, o prazo mínimo a ser observado para a prestação dos serviços será de 3 (três) horas, e, na hipótese de o evento exceder o tempo previsto, a contratada deverá acondicionar os alimentos em embalagens adequadas e deixá-los à disposição.



## Qualidade e responsabilidade sanitária

5.8. A contratada deverá assegurar a excelência na prestação dos serviços, garantindo o rigoroso cumprimento das normas sanitárias vigentes, a qualidade, inocuidade e segurança dos alimentos fornecidos, bem como a plena satisfação da Defensoria Pública.

5.9. Deverá manter controle permanente e sistemático de qualidade e higiene em todas as etapas do processo, abrangendo, no mínimo, o preparo, a manipulação, o acondicionamento, o armazenamento e o transporte dos alimentos, observando, obrigatoriamente, as disposições da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 216/2004 da ANVISA, que estabelece as Boas Práticas para Serviços de Alimentação, sem prejuízo da observância das demais normas sanitárias federais, estaduais e municipais aplicáveis aos serviços de alimentação preparada.

5.10. É, ainda, de responsabilidade da contratada disponibilizar equipe qualificada, treinada e suficiente para o atendimento e a execução dos serviços durante os eventos, devendo os garçons, atendentes e auxiliares atuar devidamente uniformizados, identificados e em condições adequadas de asseio e apresentação pessoal, compatíveis com o padrão do serviço contratado.

5.11. A depender das características do evento, da logística envolvida e por solicitação da Coordenadoria de Comunicação Social, Cerimonial e Eventos, a contratada deverá fornecer os lanches em embalagens individuais, devidamente lacradas, que assegurem o correto acondicionamento, a higiene, a integridade e a segurança dos alimentos, sem prejuízo da qualidade e da apresentação dos produtos ofertados.

## Embalagens e transporte

5.12. Os alimentos deverão ser acondicionados em embalagens adequadas e aprovadas pela ANVISA, que garantam vedação, preservação da temperatura, textura e integridade até o consumo, evitando riscos de contaminação. O transporte deverá ser realizado exclusivamente em veículos destinados a alimentos para consumo humano, higienizados e equipados para manter temperatura estável.

## Insumos e cardápio

5.13. A contratada deverá priorizar frutas frescas e polpas naturais regionais da estação para o preparo de sucos, vedado o fornecimento de bebidas artificiais. Açúcares e adoçantes deverão ser disponibilizados em sachês avulsos. Bolos, tortas e biscoitos deverão ser preparados preferencialmente com ingredientes regionais, valorizando a culinária local.

5.14. Fica vedada à CONTRATADA qualquer alteração do cardápio previamente definido e aprovado pela CONTRATANTE, conforme disposto no Anexo I deste Termo de Referência. A alteração somente será admitida, em caráter excepcional, nos casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, desde que preservados integralmente a qualidade, a quantidade, o valor contratado e a pontualidade da execução.

5.15. A solicitação de alteração deverá observar o seguinte procedimento:

- I - ser formalizada pela CONTRATADA, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação à data prevista para a execução do fornecimento;
- II - conter justificativa detalhada;
- III - indicar, de forma expressa, a substituição pretendida.

5.16. A substituição somente será admitida entre itens previamente previstos no cardápio constante do Anexo I deste Termo de Referência;

5.17. A alteração somente poderá ser realizada mediante autorização prévia e expressa da CONTRATANTE, que avaliará a pertinência da justificativa e a adequação da substituição proposta.

5.18. Considerando que o prazo de execução contratual é de até 5 (cinco) dias corridos a contar da formalização do contrato, não serão admitidas solicitações intempestivas que inviabilizem a análise pela CONTRATANTE ou comprometam a regular execução do objeto

## Montagem e atendimento

5.19. Está incluído nas obrigações da CONTRATADA o fornecimento de toda a infraestrutura necessária à plena execução dos serviços de coffee break e lanche, compreendendo, dentre outros: cobre-manchas; pranchões e mesas para buffet devidamente cobertos com toalhas e decorados com flores ou frutas naturais; guardanapos de papel ou de tecido; cutelaria e utensílios completos, incluindo

todo o material indispensável à execução dos serviços, tais como bandejas, travessas, jarras para líquidos, copos de vidro e descartáveis, taças, xícaras de louça, pratos de louça e talheres de inox, bem como a disponibilização de garçons, cumins e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

5.20. A disposição dos alimentos deverá estar concluída com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao horário previsto para o início do evento, devendo a reposição ser realizada de forma contínua durante toda a sua duração, de modo a assegurar o padrão adequado de atendimento.

5.21. Todos os utensílios, equipamentos e materiais utilizados deverão estar devidamente higienizados nas dependências da CONTRATADA, em estrita observância às normas sanitárias vigentes.

5.22. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe adequada de apoio, composta por copeira(s) e garçons, na proporção mínima de 01 (uma) copeira/pessoal de apoio e 02 (dois) garçons para cada grupo de até 100 (cem) pessoas, devendo o quantitativo ser ajustado de acordo com a dimensão, duração e complexidade do evento.

5.23. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil da realização do evento, os dados pessoais dos funcionários alocados, consistentes, no mínimo, em nome completo e CPF, para fins de controle institucional e acesso às dependências da DPE/RN.

5.24. A vestimenta da copeira e dos garçons deverá ser adequada, padronizada e compatível com os requisitos de higiene e apresentação profissional exigidos para os serviços de alimentação, devendo o uniforme estar sempre limpo, passado e em perfeito estado de conservação, sendo vedada a utilização de peças com manchas, rasgos ou desgastes aparentes.

5.25. Recomenda-se que os profissionais utilizem camisa ou blusa de manga longa ou curta em cores neutras ou institucionais, calça comprida (social ou de tecido resistente), avental de proteção e calçados fechados, antiderrapantes e confortáveis, assegurando condições adequadas de segurança, higiene e apresentação.

5.26. Para a manutenção da higiene pessoal, os cabelos deverão estar presos quando longos, e as unhas limpas e aparadas, sendo vedado o uso de fragrâncias fortes, a fim de não interferir no ambiente do serviço. Quando necessário, deverão ser utilizadas toucas ou redes para os cabelos, especialmente no serviço direto de manipulação de alimentos. Tais cuidados visam assegurar a imagem profissional da equipe, a organização do serviço e a conformidade com as normas sanitárias aplicáveis.

5.27. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o fornecimento, a instalação, a operação e o controle dos equipamentos necessários ao acondicionamento dos alimentos em temperatura adequada durante os eventos, de forma a preservar suas características, qualidade e segurança alimentar.

5.28. As refeições completas (almoços) deverão ser fornecidas no formato de marmitas.

#### Fiscalização e suporte

5.29. É obrigatória a presença de responsável técnico no momento da entrega para conferência conjunta com a equipe de fiscalização da Defensoria Pública. Todos os equipamentos e materiais necessários à execução (tais como fornos, fogões, freezers e utensílios) serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, inclusive quanto à reposição imediata em caso de extravio, dano ou quebra, sem ônus adicional para a contratante.

5.30. Os serviços serão avaliados por meio do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, constante do Anexo II deste Termo de Referência, destinado a aferir o nível de desempenho da CONTRATADA quanto ao cumprimento dos resultados estabelecidos. O não atingimento de 100% (cem por cento) das metas previstas poderá ensejar o redimensionamento proporcional do valor a ser pago, conforme critérios definidos no referido instrumento, sem prejuízo da aplicação das demais sanções contratuais cabíveis.

#### Encerramento

5.31. Após o término do evento, a contratada deverá providenciar a retirada integral de utensílios, cutelaria e equipamentos, garantindo a imediata limpeza e organização do espaço utilizado, de forma a preservar a imagem institucional da Defensoria Pública.

#### Deveres e disciplina exigidos

5.32. Compete à empresa contratada assumir a responsabilidade integral pela logística de materiais, equipamentos e pessoal necessários à execução dos serviços, em estrita observância ao cronograma estabelecido pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

### ***Mecanismos formais de comunicação***

5.33. As comunicações entre a Defensoria Pública e a empresa proponente/contratada devem ocorrer por escrito sempre que o ato demandar tal formalidade. Adicionalmente, consideram-se mecanismos formais de comunicação: ordem de fornecimento, ata de reunião, ofício, sistema de abertura de chamados, e-mails, cartas e troca de mensagens instantâneas por meio de aplicações de internet. Nesse sentido, deve a empresa contratada formalmente consignar endereços, correios eletrônicos, telefones de contato, bem como os agentes de representação.

### ***Do Recebimento do Objeto***

5.34. Nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, inciso II, alíneas “a” e “b”, o objeto contratual será recebido:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do objeto executado com as exigências contratuais; e
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado detalhado que comprove o integral atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

5.35. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive em momento anterior ao recebimento provisório, quando constatada desconformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência, em seus anexos ou na proposta apresentada pela contratada. Nessa hipótese, a contratada deverá promover, às suas expensas, a imediata substituição, complementação ou regularização do objeto no prazo máximo de 01 (uma) hora, contado da respectiva notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.36. O prazo reduzido para regularização justifica-se em razão da natureza do objeto e de sua vinculação direta à realização dos eventos institucionais promovidos pela Administração, de modo que eventual atraso poderá acarretar perda total ou substancial da utilidade da contratação, comprometendo a finalidade pública pretendida.

5.37. Para fins de recebimento provisório, medição e faturamento, será considerada como data de referência o último dia do evento em que houver a efetiva disponibilização e execução dos serviços contratados, observados os quantitativos efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização contratual.

5.38. Previamente ao recebimento definitivo, o fiscal do contrato deverá proceder à análise da execução contratual, mediante aferição da qualidade, regularidade, adequação e desempenho dos serviços prestados, em conformidade com os indicadores objetivos previstos neste Termo de Referência e no Instrumento de Medição de Resultados – IMR, constante do Anexo II.

5.39. O IMR será obrigatoriamente utilizado pela fiscalização contratual durante o recebimento provisório dos serviços, constituindo instrumento indispensável para fins de medição, atesto da execução, autorização de faturamento e posterior recebimento definitivo do objeto.

5.40. A aferição dos resultados obtidos por meio do IMR poderá ensejar o redimensionamento proporcional dos valores devidos à contratada, observados os critérios de avaliação e as hipóteses de glosa previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das demais medidas administrativas, contratuais e sancionatórias cabíveis.

5.41. O recebimento definitivo do objeto será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação do integral cumprimento das especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade, condições contratuais e prazos de execução previstos neste Termo de Referência, mediante emissão de termo detalhado.

5.41.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, por igual período, desde que haja justificativa técnica devidamente fundamentada relacionada à necessidade de realização de diligências complementares destinadas à aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.41.2. Na hipótese de apresentação de manifestação administrativa pela contratada em face do resultado da avaliação realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, nos termos do item 16.13 da Cláusula Décima Sexta do contrato, o prazo para recebimento definitivo ficará suspenso a partir da ciência formal da manifestação pela Administração, voltando a fluir pelo período remanescente após a conclusão da análise administrativa e a comunicação da decisão definitiva à contratada.

5.42. Quando houver controvérsia acerca da execução do objeto, especialmente quanto à quantidade, qualidade ou dimensão da prestação executada, observar-se-á o disposto no art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a contratada ser formalmente comunicada para emissão de nota fiscal relativamente à parcela incontroversa da execução contratual, para fins de liquidação e pagamento.

5.43. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, qualidade, segurança e regular execução do objeto, tampouco afasta a responsabilidade por vícios ocultos, defeitos supervenientes ou desconformidades posteriormente constatadas.

5.44. Permanecem igualmente preservadas as responsabilidades ético-profissionais da contratada decorrentes da execução integral do objeto contratual, nos termos da legislação aplicável e das disposições pactuadas.

5.45. A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio do fiscal e dos gestores designados para acompanhamento da contratação, supervisionará a execução do objeto e prestará os esclarecimentos necessários à adequada operacionalização do recebimento, medição e fiscalização contratual.

5.46. As comunicações entre a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e a contratada deverão ocorrer, preferencialmente, por escrito, sempre que o ato exigir formalização ou produção de efeitos administrativos.

5.47. Para os fins deste contrato, serão considerados meios formais de comunicação, dentre outros: Ordem de Fornecimento, Ofícios, Atas de Reunião, correio eletrônico institucional, sistema de abertura de chamados, notificações administrativas, cartas e mensagens instantâneas enviadas por aplicações de internet oficialmente disponibilizadas pelas partes.

5.48. A contratada deverá manter atualizados, durante toda a execução contratual, seus endereços físicos e eletrônicos, números de telefone, bem como a identificação dos representantes formalmente autorizados para recebimento de comunicações, notificações e solicitações relacionadas à execução do contrato.

## **6. CONTROLE, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

6.1. O controle e o gerenciamento da ata de registro de preços serão realizados, por servidor público designado pelo Defensor Público-Geral do Estado, por meio da ferramenta de gestão de atas quanto aos quantitativos e os saldos, às solicitações de adesão e ao eventual remanejamento de quantidades, consoante art. 19 da Resolução n. 324/2024-CSDP.

6.2. Ao gerenciador da ata de registro de preços caberão, entre outras, as seguintes atribuições:

I - Analisar pedidos de adesão à ata de registro, verificando a validade, o controle e a disponibilidade dos quantitativos registrados, manifestando-se nos autos;

II - Efetuar, sempre que demandado, o controle das quantidades registradas, controlando o prazo de vigência das atas de registro de preços para que a execução seja tempestiva;

III - Disponibilizar as atas de registro de preços no sítio eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e documentos licitatórios correlatos;

IV - Sempre que necessário, convocar o fornecedor visando à negociação para redução dos preços registrados, adequando-os ao preço praticado no mercado;

V - Comunicar, formalmente e com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, à Coordenadoria de Administração Geral o fim da vigência da ata de registro de preços, a fim de que seja avaliada a necessidade de abertura de novo processo licitatório ou de prorrogação da vigência da ata;

6.3. Ao fiscal da ata de registro de preços caberão, entre outras, as seguintes atribuições:

I - Acompanhar e avaliar a execução da ata de registro de preços, aferindo se a quantidade, qualidade, prazo e modo da prestação dos serviços está em conformidade com as previsões contratuais e de acordo com a ata;

- II - Controlar o prazo de vigência da ata para que a execução seja tempestiva; e
- III - Prestar aos órgãos de controle interno e externo todas as informações necessárias relativas à ata de registro de preços, cumprindo tempestivamente os prazos estabelecidos em lei e regulamentos.

## **7. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Considerando o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como nos arts. 25, § 7º, 80, 82, § 5º e 84 da Lei Federal n. 14.133/2021, e o art. 20 da Resolução n. 324/2024-CSDP, a Ata de Registro de Preços poderá ser objeto de revisão e reajuste, conforme as seguintes disposições.

### **7.2. REAJUSTE DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

7.2.1. O reajuste de preço observará o princípio da anualidade, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

7.2.2. O pedido de reajuste dependerá de formalização de requerimento escrito pelo fornecedor. Caso ocorra a prorrogação da vigência da ata de registro de preços sem a formalização do pedido, este ficará precluso.

7.2.3. O reajuste observará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mantido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado nos doze meses, a contar da data-base estabelecida no item supra.

7.2.4. Caso ocorra atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o órgão gerenciador poderá deferir a prorrogação da vigência da ata de registro de preços, ressaltando a possibilidade de análise posterior do pedido de reajuste de preços.

7.2.5. A formalização de aditivo de prorrogação do prazo de vigência sem a concessão de reajuste ou sem ressalva expressa de sua futura análise será interpretada como renúncia ou preclusão lógica do direito ao reajuste.

7.2.6. No caso de extinção ou impossibilidade de utilização do índice estabelecido, será adotado outro índice oficial determinado pela legislação vigente. Caso não haja previsão legal, as partes definirão um novo índice por meio de termo aditivo.

7.2.7. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, exceto quando coincidir com a prorrogação da Ata de Registro de Preços, ocasião em que será formalizado por aditamento.

### **7.3. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

7.3.1. A revisão excepcional dos preços registrados poderá ocorrer para estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata de registro de preços em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata de registro de preços, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco eventualmente estabelecida no instrumento e a manutenção da vantajosidade para a Administração Pública.

7.3.2. Os preços registrados poderão ser alterados também em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, o que poderá ser verificado pela Administração Pública mediante realização de pesquisa mercadológica atualizada.

7.3.2.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.3.2.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3.2.3. Na hipótese prevista no item 7.3.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.3.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.3.3. Poderão ensejar a revisão do preço, desde que se trate de fato superveniente à apresentação do orçamento-estimado e que restem comprovados os requisitos normativos previstos no

art. 124, II, “d”, da Lei Federal n. 14.133/2021, as seguintes situações, sem prejuízo de outras regularmente comprovadas:

- a) Criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- b) Elevação dos custos incidentes sobre o objeto registrado, em decorrência de situações de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou eventos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis e exorbitantes;
- c) Superveniência de disposições normativas que impactem significativamente os valores registrados.

7.3.4. O pedido de revisão do preço deverá, sob pena de indeferimento, ser instruído pelo fornecedor com planilha de composição de custos, demonstrando as alterações ocorridas entre a data da proposta aceita pela Administração na fase de seleção do fornecedor e a data do pedido de reequilíbrio formalizado, bem como com documentos que comprovem, de forma efetiva, o fato alegado para alteração do preço.

7.3.5. A Administração poderá solicitar documentação complementar para subsidiar a análise do pedido de revisão ou reajuste, visando garantir a transparência e economicidade na gestão da Ata de Registro de Preços, incumbindo ao fornecedor apresentá-los no prazo máximo de cinco dias corridos.

7.3.6. A simples variação do preço do produto no mercado ou a variação cambial, por si só, não caracterizam álea extraordinária.

7.3.7. Para instruir o procedimento, o órgão gerenciador poderá realizar pesquisa mercadológica com preços atuais, conforme os critérios estabelecidos no art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021 e na Resolução n. 298/2023-CSDPE/RN.

7.3.8. Na hipótese do pedido de revisão de preços não se mostrar mais vantajoso para a Administração Pública e desde que comprovados os requisitos normativos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n. 14.133/2021, a Defensoria Pública poderá optar pela não concessão do aumento do preço registrado e pela liberação do fornecedor do compromisso. Antes do cancelamento da ata de registro de preços, os fornecedores do cadastro de reserva poderão ser consultados quanto ao interesse em assumir as obrigações da ata.

7.3.9. A revisão dos preços registrados será formalizada por meio de termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

7.3.10. O pedido de revisão do preço formalizado após o recebimento de ordem de compra ou ordem de serviço não exime o fornecedor do cumprimento da requisição.

7.3.11. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado ou de pedidos genéricos, o pleito será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 23 da Resolução n.º 324/2024- CSDP.

7.3.12. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Defensoria Pública convocará os fornecedores do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação do procedimento de contratação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.3.13. Se não obtiver êxito nas negociações, a Defensoria Pública procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

## **8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os proponentes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n. 14.133/2021 e no presente instrumento.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.9.1. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.9.2. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.9.3. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DE PREÇOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pela Defensoria Pública do Estado, nos termos do art. 23, *caput*, Resolução n. 324/2024-CSDP, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não acusar o recebimento da nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Defensoria Pública sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no art. 23, inciso III, da Resolução n. 324/2024- CSDP; ou

9.1.4. Sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade.

9.2. Na hipótese de aplicação de sanção citada no subitem 8.1.4, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.3. O cancelamento de registros nas hipóteses acima será formalizado por decisão da Defensoria Pública Geral, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os proponentes ou fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.5.1. Por razão de interesse público;

- 9.5.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.5.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

**10. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 10.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, nos termos do art. 25 da Resolução n. 324/2024-CSDP, observados os seguintes requisitos:
- 10.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 10.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei n. 14.133/2021; e
- 10.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da Defensoria Pública do RN e do fornecedor.
- 10.2. autorização da Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, enquanto órgão ou entidade gerenciadora, apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor. Nesse sentido, a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios instrumentos contratuais ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 10.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, respeitando a vigência estabelecida na ata.
- 10.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 10.5. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes, nos termos do art. 26, inciso I, da Resolução n. 324/2024 - CSDP.
- 10.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, nos termos do art. 26, inciso II, da Resolução n. 324/2024 - CSDP.

**11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1. O disposto neste tópico está em consonância com os arts. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 11.2. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Defensoria Pública do Rio Grande do Norte ou terceiros.
- 11.3. De acordo com as obrigações assumidas no curso do procedimento licitatório, tem-se as seguintes infrações e respectivas penalidades:

LICITAÇÃO		
Infrações	Sanções aplicáveis	Gradação da penalidade de multa



Deixar de entregar a documentação exigida pelo edital.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	3% (três por cento) sobre o valor da proposta de preços.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	4% (quatro por cento) sobre o valor da proposta.
Apresentar declaração ou documentação falsa.	Declaração de inidoneidade e multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta.
Fraudar a licitação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Declaração de inidoneidade e multa.	10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	Declaração de inidoneidade e multa.	10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.	Declaração de inidoneidade e multa.	10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

11.4. Quanto às obrigações assumidas após a adjudicação do objeto ao fornecedor beneficiário, temos as seguintes infrações e respectivas penalidades:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS			
Infrações	Sanções aplicáveis	Gradação da penalidade de multa	
		Primeira ocorrência	Reincidências
Não assinar a ata quando convocado ou não entregar a documentação exigida para sua celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumulada ou não com multa.	10% (dez por cento) sobre o valor total registrado em ata.	-

Ensejar o retardamento da execução da ata sem motivo justificado.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata.	10% (dez por cento) sobre o valor total registrado em ata.
Não atender ou não se manifestar sobre as solicitações da Administração.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata.	10% (dez por cento) sobre o valor total registrado em ata.

11.5. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.6. É da competência do órgão gerenciador, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11.7. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências passíveis de penalização, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11.8. No tocante às obrigações decorrentes da execução em si do contrato/instrumento equivalente ao contrato firmado entre as partes, seguem os possíveis descumprimentos e respectivas penalidades:

TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE			
Infrações	Sanções aplicáveis	Gradação da penalidade de multa	
		Primeira ocorrência	Reincidências
Dar causa à inexecução parcial.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	3% (três por cento) sobre o valor do contrato.	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.
Não cumprir com as obrigações previstas neste Termo de Referência e/ou no instrumento equivalente ao contrato.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	3% (três por cento) sobre o valor do contrato.	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.
Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.	10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

Dar causa à inexecução total.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.	
Ensejar o retardamento da entrega do objeto.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor do contrato, até o limite de 30% deste valor.	2% (dois por cento) por dia de atraso, sobre o valor do contrato, até o limite de 30% deste valor.
Praticar ato fraudulento na execução do instrumento contratual.	Declaração de inidoneidade e multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.	10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Declaração de inidoneidade e multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.	10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

### **Advertência**

11.9. A penalidade de advertência será aplicada, exclusivamente, em razão do cometimento de infrações relacionadas a dar causa à inexecução parcial do contrato (art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

### **Multa**

11.10. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.11. Ainda, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato, conforme artigo 162, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.11.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

### **Impedimento de licitar e contratar**

11.12. A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Rio Grande do Norte.

### **Declaração de inidoneidade**

11.13. A penalidade de declaração de inidoneidade impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

## **Procedimento administrativo sancionador:**

11.14. Em observância ao contraditório e à ampla defesa, antes da aplicação de sanções deverá ser facultada a defesa por escrito do interessado, a qual deverá conter as provas que pretende produzir, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

11.15. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.16. Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.17. As sanções serão aplicadas pelo Defensor Público Geral do Rio Grande do Norte.

11.18. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.19. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Defensoria Pública do Rio Grande à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.20. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.21. Da decisão administrativa decorrente do processo administrativo sancionador, o licitante interessado poderá interpor recurso administrativo, em atenção ao disposto do artigo 70, da Lei Estadual nº 303/2005 - aplicada de forma subsidiária, apontado as razões de legalidade ou mérito, bem como indicar:

- a) Nome, qualificação e endereço do recorrente;
- b) exposição clara e congruente das razões de fato e de direito que justificam a interposição.

11.21.1. Terão legitimidade para interpor recurso administrativo, nos termos do artigo 70, incisos de I a IV:

- I - os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo;
- II - aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida;
- III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos ou interesses coletivos;
- IV - os cidadãos ou associações quanto a direitos ou interesses difusos.

11.22. O recurso administrativo será dirigido à autoridade que proferiu a decisão no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar ou manter o seu posicionamento, conforme artigo 72, da Lei Estadual nº 303/2005.

11.23. Salvo exigência legal, o recurso administrativo independe de caução.

11.24. Atos de mero expediente ou preparatórios de decisões são irrecorríveis.

11.25. Os débitos do contratado para com a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma contratação ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11.26. As sanções administrativas impostas serão compulsoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), nos sistemas atrelados ao Tribunal de Contas do Rio

Grande do Norte (TCE-RN), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), devendo ocorrer, nestes dois cadastros, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da aplicação, em atenção ao artigo 161, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.27. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observado o rito procedimental definido neste instrumento.

11.28. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.29. Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a aplicação das sanções realizar-se-á nos moldes do procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

11.30. Nesta hipótese, a prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização de licitantes e contratados, suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846/2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

## **Da readmissão do licitante ou contratado perante a autoridade**

11.31. Poderá ser admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - pagamento da multa;
- III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.31.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII, do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **12. DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. A formalização da contratação, as condições de execução do objeto, as obrigações dos contraentes, as penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

12.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por nota de empenho e contrato.

12.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento e observará no momento da formalização a disponibilidade de créditos orçamentários.

12.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente ata foi lavrada e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada eletronicamente pelas partes e encaminhada cópia ao fornecedor registrado.

Natal/RN, [REDACTED] de [REDACTED] de 2025.

Natal/RN, XX de XXXXXXXXXXXX de 2025.

**Francisco Sidney de Castro Ribeiro Feijão**  
Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte  
CNPJ nº 07.628.844/0001-20  
Representante legal do órgão gerenciador

XXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXX  
CNPJ nº XXXXXXXXXXXXX  
Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Documento assinado eletronicamente por **Liza Priscilla de Melo Machado, Assistente Defensorial**, em 20/05/2026, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.rn.def.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0102822** e o código CRC **2AEC6E4E**.

000110000066.000005/2025-88

0102822v7

**ANEXO**

**ANEXO IV: MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO nº xx/2025-DPE/RN, QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E A EMPRESA xx, PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PREPARADA.**

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-DPE/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 07.628.844/0001-20, com sede à Rua Sergio Severo, n. 2037, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP n. 59.063-380, neste ato representada por seu Defensor Público-Geral do Estado, **FRANCISCO SIDNEY DE CASTRO RIBEIRO FEIJÃO**, inscrito no CPF/MF sob o n. **\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*-\*\***, com residência nesta capital, no uso de suas atribuições, doravante denominada CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, sediada na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Telefone: **XXXXXXXXXXXX**, e-mail: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** representada legalmente por **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CPF/MJ sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, daqui por diante denominada CONTRATADA, celebram, por força do presente instrumento, com fundamento legal no art. 82 e seguintes da Lei Federal n. 14.133/2021 e Resolução n. 324/2024-CSDP/2024 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, além de demais normas aplicáveis à espécie, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO**

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de alimentação preparada (coffee break, refeições – almoços e lanches), destinada a atender às demandas eventualmente apresentadas pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, conforme data, horário e local definidos na respectiva Ordem de Fornecedor, bem como na tabela abaixo.

ITEM ARP XX- XXXX- DPE/RN	DESCRIÇÃO	UND.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LOCAL DE ENTREGA	DIA E HORÁRIO DO EVENTO
VALOR GLOBAL:							

- 1.2. A descrição detalhada do cardápio encontra-se no Anexo I do Termo de Referência.
- 1.3. A CONTRATADA deverá iniciar a implementação do objeto no prazo máximo de 5 (cinco)

dias corridos, contados a partir da formalização deste instrumento contratual e da emissão da nota de empenho de despesa. O cumprimento das obrigações contratuais deverá observar o cronograma definido, sendo executado de forma ordenada e sistemática, visando à concretização dos objetivos da contratação, sob a orientação da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA- DO FUNDAMENTO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL:**

2.1. Este contrato fica vinculado à Ata de Registro de Preços nº xx/xxxx-DPE/RN, decorrente do Pregão Eletrônico nº xx/xxxx –DPE/RN, cuja realização decorre de autorização do Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Norte, constante no Processo Administrativo nº 000110000066.000005/2025-88.

2.2. A presente contratação está em conformidade com as diretrizes estipuladas pela Constituição Federal, pela Lei Federal n. 14.133/21, pela Lei Federal n. 8.078/1990, pela Lei Federal n. 13.709/2018 e pela Resolução n. 324/2024-CSDP/2024 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) Ata de Registro de Preços;
- d) A Proposta do contratado;
- e) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA- DA VEDAÇÃO LEGAL**

3.1. É vedada a contratação, a qualquer título, de servidores da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta.

## **4. CLÁUSULA QUARTA- DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data de sua assinatura pelas partes. Considerando o escopo predefinido deste instrumento, dotado de precisão, o prazo de vigência ficará adstrito ao fornecimento programado e poderá ser prorrogado, por termo aditivo, mediante justificativa da Administração, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Na hipótese de o não fornecimento do objeto decorrer de culpa da CONTRATADA, esta será constituída em mora, sujeitando-se às sanções administrativas cabíveis. Nessas circunstâncias, a Administração poderá optar pela extinção do contrato, adotando as medidas legais necessárias para assegurar a continuidade da execução contratual.

4.3. A presente cláusula visa assegurar a flexibilidade necessária para a conclusão da aquisição, garantindo a qualidade e a pontualidade na entrega dos resultados esperados pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

## **5. CLÁUSULA QUINTA- DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:**

### **5.1. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.2. Conforme disposto na cláusula 1.3, a CONTRATADA deverá implementar o objeto no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da formalização deste instrumento contratual e da emissão da nota de empenho de despesa, na data, horário e local definidos na Cláusula 1.1 deste contrato. A execução deverá observar as particularidades do objeto adjudicado e respeitar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, em conformidade com o art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e com os arts. 27 e seguintes da Resolução nº 324/2024-CSDP, de modo que cada etapa seja ajustada às características e condições de cada fornecimento.

5.3. Em caráter excepcional, mediante solicitação da CONTRATANTE e acordo entre as partes, o referido prazo poderá ser reduzido para até 24 (vinte e quatro) horas, exclusivamente para atendimento de demandas urgentes, desde que sem prejuízo da qualidade dos serviços e sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.



5.4. A entrega do objeto poderá ocorrer em quaisquer dias da semana, nos períodos matutino, vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme a necessidade, conveniência e prévio agendamento por parte da CONTRATANTE.

5.5. Considerando que o objeto envolve o fornecimento de refeições diretamente vinculado à realização de eventos previamente agendados, não será admitida a prorrogação do prazo de entrega, tendo em vista a natureza perecível dos alimentos, bem como a necessidade de cumprimento rigoroso do cronograma institucional, sob pena de comprometimento da finalidade da contratação.

5.6. Durante a realização dos eventos, o prazo mínimo a ser observado para a prestação dos serviços será de 3 (três) horas, e, na hipótese de o evento exceder o tempo previsto, a contratada deverá acondicionar os alimentos em embalagens adequadas e deixá-los à disposição.

#### Qualidade e responsabilidade sanitária

5.7. A contratada deverá assegurar a excelência na prestação dos serviços, garantindo o rigoroso cumprimento das normas sanitárias vigentes, a qualidade, inocuidade e segurança dos alimentos fornecidos, bem como a plena satisfação da Defensoria Pública.

5.8. Deverá manter controle permanente e sistemático de qualidade e higiene em todas as etapas do processo, abrangendo, no mínimo, o preparo, a manipulação, o acondicionamento, o armazenamento e o transporte dos alimentos, observando, obrigatoriamente, as disposições da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 216/2004 da ANVISA, que estabelece as Boas Práticas para Serviços de Alimentação, sem prejuízo da observância das demais normas sanitárias federais, estaduais e municipais aplicáveis aos serviços de alimentação preparada.

5.9. É, ainda, de responsabilidade da contratada disponibilizar equipe qualificada, treinada e suficiente para o atendimento e a execução dos serviços durante os eventos, devendo os garçons, atendentes e auxiliares atuar devidamente uniformizados, identificados e em condições adequadas de asseio e apresentação pessoal, compatíveis com o padrão do serviço contratado.

5.10. A depender das características do evento, da logística envolvida e por solicitação da Coordenadoria de Comunicação Social, Cerimonial e Eventos, a contratada deverá fornecer os lanches em embalagens individuais, devidamente lacradas, que assegurem o correto acondicionamento, a higiene, a integridade e a segurança dos alimentos, sem prejuízo da qualidade e da apresentação dos produtos ofertados.

#### Embalagens e transporte

5.11. Os alimentos deverão ser acondicionados em embalagens adequadas e aprovadas pela ANVISA, que garantam vedação, preservação da temperatura, textura e integridade até o consumo, evitando riscos de contaminação. O transporte deverá ser realizado exclusivamente em veículos destinados a alimentos para consumo humano, higienizados e equipados para manter temperatura estável.

#### Insumos e cardápio

5.12. A contratada deverá priorizar frutas frescas e polpas naturais regionais da estação para o preparo de sucos, vedado o fornecimento de bebidas artificiais. Açúcares e adoçantes deverão ser disponibilizados em sachês avulsos. Bolos, tortas e biscoitos deverão ser preparados preferencialmente com ingredientes regionais, valorizando a culinária local.

5.13. Fica vedada à CONTRATADA qualquer alteração do cardápio previamente definido e aprovado pela CONTRATANTE, conforme disposto no Anexo I do Termo de Referência. A alteração somente será admitida, em caráter excepcional, nos casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, desde que preservados integralmente a qualidade, a quantidade, o valor contratado e a pontualidade da execução.

5.14. A solicitação de alteração deverá observar o seguinte procedimento:

- I- ser formalizada pela CONTRATADA, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação à data prevista para a execução do fornecimento;
- II- conter justificativa detalhada;
- III- indicar, de forma expressa, a substituição pretendida.

5.15. A substituição somente será admitida entre itens previamente previstos no cardápio constante do Anexo I do Termo de Referência;

5.16. A alteração somente poderá ser realizada mediante autorização prévia e expressa da CONTRATANTE, que avaliará a pertinência da justificativa e a adequação da substituição proposta.

5.17. Considerando que o prazo de execução contratual é de até 5 (cinco) dias corridos a contar da formalização do contrato, não serão admitidas solicitações intempestivas que inviabilizem a análise pela CONTRATANTE ou comprometam a regular execução do objeto

#### Montagem e atendimento

5.18. Está incluído nas obrigações da CONTRATADA o fornecimento de toda a infraestrutura necessária à plena execução dos serviços de coffee break e lanche, compreendendo, dentre outros: cobre-manchas; pranchões e mesas para buffet devidamente cobertos com toalhas e decorados com flores ou frutas naturais; guardanapos de papel ou de tecido; cutelaria e utensílios completos, incluindo todo o material indispensável à execução dos serviços, tais como bandejas, travessas, jarras para líquidos, copos de vidro e descartáveis, taças, xícaras de louça, pratos de louça e talheres de inox, bem como a disponibilização de garçons, cumins e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

5.19. A disposição dos alimentos deverá estar concluída com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao horário previsto para o início do evento, devendo a reposição ser realizada de forma contínua durante toda a sua duração, de modo a assegurar o padrão adequado de atendimento.

5.20. Todos os utensílios, equipamentos e materiais utilizados deverão estar devidamente higienizados nas dependências da CONTRATADA, em estrita observância às normas sanitárias vigentes.

5.21. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe adequada de apoio, composta por copeira(s) e garçons, na proporção mínima de 01 (uma) copeira/pessoal de apoio e 02 (dois) garçons para cada grupo de até 100 (cem) pessoas, devendo o quantitativo ser ajustado de acordo com a dimensão, duração e complexidade do evento.

5.22. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil da realização do evento, os dados pessoais dos funcionários alocados, consistentes, no mínimo, em nome completo e CPF, para fins de controle institucional e acesso às dependências da DPE/RN.

5.23. A vestimenta da copeira e dos garçons deverá ser adequada, padronizada e compatível com os requisitos de higiene e apresentação profissional exigidos para os serviços de alimentação, devendo o uniforme estar sempre limpo, passado e em perfeito estado de conservação, sendo vedada a utilização de peças com manchas, rasgos ou desgastes aparentes.

5.24. Recomenda-se que os profissionais utilizem camisa ou blusa de manga longa ou curta em cores neutras ou institucionais, calça comprida (social ou de tecido resistente), avental de proteção e calçados fechados, antiderrapantes e confortáveis, assegurando condições adequadas de segurança, higiene e apresentação.

5.25. Para a manutenção da higiene pessoal, os cabelos deverão estar presos quando longos, e as unhas limpas e aparadas, sendo vedado o uso de fragrâncias fortes, a fim de não interferir no ambiente do serviço. Quando necessário, deverão ser utilizadas toucas ou redes para os cabelos, especialmente no serviço direto de manipulação de alimentos. Tais cuidados visam assegurar a imagem profissional da equipe, a organização do serviço e a conformidade com as normas sanitárias aplicáveis.

5.26. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o fornecimento, a instalação, a operação e o controle dos equipamentos necessários ao acondicionamento dos alimentos em temperatura adequada durante os eventos, de forma a preservar suas características, qualidade e segurança alimentar.

5.27. As refeições completas (almoços) deverão ser fornecidas no formato de marmitas.

#### Do critério de quantificação, medição e faturamento

5.28. Nos itens de alimentação cuja execução dependa de quantitativo variável de participantes, poderá ser prevista, no contrato administrativo, estimativa base de atendimento acompanhada de margem operacional de flutuação destinada a garantir a adequada execução do evento institucional.

5.29. O faturamento e o pagamento dos serviços serão realizados proporcionalmente ao quantitativo efetivamente consumido e aferido pela fiscalização contratual, observados os limites mínimos e máximos eventualmente definidos na respectiva Ordem de Fornecimento.

5.30. A Administração poderá estabelecer quantitativo mínimo de faturamento correspondente à franquia operacional necessária ao preparo, mobilização logística e disponibilização dos insumos inerentes à execução do serviço, bem como quantitativo máximo de atendimento compatível com a capacidade operacional exigida da CONTRATADA.

5.31. Na hipótese de consumo superior à estimativa base inicialmente prevista, o pagamento das unidades adicionais efetivamente fornecidas ficará condicionado à comprovação formal do quantitativo efetivamente consumido durante o evento, mediante relatório da fiscalização, lista de presença, contagem física, Termo de Aferição de Escopo, ata de encerramento ou outro instrumento idôneo de controle administrativo.

5.32. Fica vedada a cobrança automática, presumida ou estimada das unidades disponibilizadas a título de margem operacional de segurança, sendo devido pagamento exclusivamente pelos quantitativos efetivamente aferidos pela fiscalização contratual.

5.33. A CONTRATADA assume integral responsabilidade pela disponibilização da estrutura logística, operacional e quantitativo alimentar necessários ao atendimento da margem operacional eventualmente prevista pela Administração, não lhe assistindo direito à indenização, reequilíbrio econômico-financeiro ou pagamento complementar pelas unidades remanescentes não consumidas além da franquia mínima eventualmente estabelecida.

#### Fiscalização e suporte

5.34. É obrigatória a presença de responsável técnico no momento da entrega para conferência conjunta com a equipe de fiscalização da Defensoria Pública. Todos os equipamentos e materiais necessários à execução (tais como fornos, fogões, freezers e utensílios) serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, inclusive quanto à reposição imediata em caso de extravio, dano ou quebra, sem ônus adicional para a contratante.

5.35. Os serviços serão avaliados por meio do Instrumento de Medição de Resultados – IMR (Anexo II do Termo de Referência), destinado a verificar o atingimento dos resultados pretendidos, podendo ensejar o redimensionamento proporcional do valor a ser pago, na hipótese de a contratada não alcançar 100% (cem por cento) do resultado esperado, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no instrumento contratual.

#### Encerramento

5.36. Após o término do evento, a contratada deverá providenciar a retirada integral de utensílios, cutelaria e equipamentos, garantindo a imediata limpeza e organização do espaço utilizado, de forma a preservar a imagem institucional da Defensoria Pública.

#### Deveres e disciplina exigidos

5.37. Compete à empresa contratada a responsabilidade integral pela logística de materiais, equipamentos e pessoal necessários à execução dos serviços, em estrita observância ao cronograma estabelecido pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

#### Recebimento provisório e definitivo

5.38. Nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, inciso II, alíneas “a” e “b”, o objeto contratual será recebido:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do objeto executado com as exigências contratuais; e

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado detalhado que comprove o integral atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

5.39. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive em momento anterior ao recebimento provisório, quando constatada desconformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência, em seus anexos ou na proposta apresentada pela contratada. Nessa hipótese, a contratada deverá promover, às suas expensas, a imediata substituição, complementação ou regularização do objeto no prazo máximo de 01 (uma) hora, contado da respectiva notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.40. O prazo reduzido para regularização justifica-se em razão da natureza do objeto e de sua vinculação direta à realização dos eventos institucionais promovidos pela Administração, de modo que eventual atraso poderá acarretar perda total ou substancial da utilidade da contratação, comprometendo a finalidade pública pretendida.

5.41. Para fins de recebimento provisório, medição e faturamento, será considerada como data

de referência o último dia do evento em que houver a efetiva disponibilização e execução dos serviços contratados, observados os quantitativos efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização contratual.

5.42. Previamente ao recebimento definitivo, o fiscal do contrato deverá proceder à análise da execução contratual, mediante aferição da qualidade, regularidade, adequação e desempenho dos serviços prestados, em conformidade com os indicadores objetivos previstos neste Termo de Referência e no Instrumento de Medição de Resultados – IMR, constante do Anexo II.

5.43. O IMR será obrigatoriamente utilizado pela fiscalização contratual durante o recebimento provisório dos serviços, constituindo instrumento indispensável para fins de medição, atesto da execução, autorização de faturamento e posterior recebimento definitivo do objeto.

5.44. A aferição dos resultados obtidos por meio do IMR poderá ensejar o redimensionamento proporcional dos valores devidos à contratada, observados os critérios de avaliação e as hipóteses de glosa previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das demais medidas administrativas, contratuais e sancionatórias cabíveis.

5.45. O recebimento definitivo do objeto será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação do integral cumprimento das especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade, condições contratuais e prazos de execução previstos neste Termo de Referência, mediante emissão de termo detalhado.

5.45.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, por igual período, desde que haja justificativa técnica devidamente fundamentada relacionada à necessidade de realização de diligências complementares destinadas à aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.45.2. Na hipótese de apresentação de manifestação administrativa pela contratada em face do resultado da avaliação realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, nos termos do item 16.13 da Cláusula Décima Sexta do contrato, o prazo para recebimento definitivo ficará suspenso a partir da ciência formal da manifestação pela Administração, voltando a fluir pelo período remanescente após a conclusão da análise administrativa e a comunicação da decisão definitiva à contratada.

5.46. Quando houver controvérsia acerca da execução do objeto, especialmente quanto à quantidade, qualidade ou dimensão da prestação executada, observar-se-á o disposto no art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a contratada ser formalmente comunicada para emissão de nota fiscal relativamente à parcela incontroversa da execução contratual, para fins de liquidação e pagamento.

5.47. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, qualidade, segurança e regular execução do objeto, tampouco afasta a responsabilidade por vícios ocultos, defeitos supervenientes ou desconformidades posteriormente constatadas.

5.48. Permanecem igualmente preservadas as responsabilidades ético-profissionais da contratada decorrentes da execução integral do objeto contratual, nos termos da legislação aplicável e das disposições pactuadas.

5.49. A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio do fiscal e dos gestores designados para acompanhamento da contratação, supervisionará a execução do objeto e prestará os esclarecimentos necessários à adequada operacionalização do recebimento, medição e fiscalização contratual.

5.50. As comunicações entre a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e a contratada deverão ocorrer, preferencialmente, por escrito, sempre que o ato exigir formalização ou produção de efeitos administrativos.

5.51. Para os fins deste contrato, serão considerados meios formais de comunicação, dentre outros: Ordem de Fornecimento, Ofícios, Atas de Reunião, correio eletrônico institucional, sistema de abertura de chamados, notificações administrativas, cartas e mensagens instantâneas enviadas por aplicações de internet oficialmente disponibilizadas pelas partes.

5.52. A contratada deverá manter atualizados, durante toda a execução contratual, seus endereços físicos e eletrônicos, números de telefone, bem como a identificação dos representantes formalmente autorizados para recebimento de comunicações, notificações e solicitações relacionadas à execução do contrato.

5.53. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

5.54. A gestão e a fiscalização da contratação serão exercidas por 1 (um) ou mais fiscais do contrato e por seu respectivo gestor, todos servidores públicos devidamente designados pelo Defensor Público-Geral, mediante Portaria publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), nos termos dos arts. 7º e 117, caput, da Lei n. 14.133/2021, observadas, ainda, as normas internas da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e as orientações dos órgãos de controle externo. Será admitida a contratação de terceiros para auxiliá-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, quando necessário.

#### 5.55. DAS ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

5.56. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do instrumento contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de modo a assegurar os melhores resultados para a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte.

5.57. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, sobremaneira àquelas que possam inviabilizar a execução do instrumento contratual nas datas aprazadas, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do instrumento contratual, determinando prazo para a correção.

5.58. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.59. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

5.60. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.61. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do instrumento contratual contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do instrumento contratual, a exemplo da ordem de execução, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do instrumento contratual para fins de atendimento da finalidade da contratante.

5.62. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.63. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do instrumento contratual e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência

5.64. O fiscal do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.65. O fiscal do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

5.66. O fiscal do contrato elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

#### 6. **CLÁUSULA SEXTA- DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO:**

6.1. Considerando a tabela constante no item 1.1, que estabelece os valores acordados individualmente, o montante total para esta contratação é de R\$ XXXXXXXXXXXX.

6.2. Os valores supra são resultantes da Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX –DPE/RN, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX –DPE/RN, em conformidade com as demais cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento contratual, em Termo de Referência e, bem assim, de acordo com os preços apresentados na proposta comercial contratada.

6.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos seguintes recursos específicos consignados no orçamento da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte:

Unidade Orçamentária: XX – Programa Trabalho: XXXX – Função: XX – Subfunção: XX – Programa: XX – Ação/ Subação: XX Manutenção e funcionamento da Defensoria Pública do RN – Fonte Recurso: XX – Natureza Despesa: XX.

## **8. CLÁUSULA OITAVA- DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

8.1. Será indicada a retenção e/ou glosa no pagamento, de forma proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, sempre que constatado que a CONTRATADA:

- a) Deixar de cumprir o horário estabelecido para o fornecimento da alimentação preparada;
- b) Descumprir as regras constantes no item 5 do Termo de Referência, que estabelecem a infraestrutura necessária para o fornecimento da alimentação preparada, tipo refeição-almoço, coffee break e lanche; e
- c) Fornecer bebidas em temperatura inadequada e/ou não adotar as medidas necessárias para a adequada conservação dos alimentos.

8.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.3. Considerando que a demanda por serviços de alimentação destinados aos eventos institucionais apresenta caráter variável e flutuante, em razão da diversidade de públicos, formatos e quantitativos de participantes, a execução do objeto deverá observar as regras previstas nos itens 5.30 a 5.35 deste Termo de Referência.

8.4. De acordo com a Resolução n. 338/2024-CSDP/RN, em resumo, o processo regular de liquidação e pagamento ocorrerá pelas seguintes etapas e prazos:

<b>ETAPA</b>	<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO</b>
Protocolo da cobrança	Apresentação de: documento fiscal; declaração de optante pelo Simples Nacional, se cabível; declaração do SICAF ou comprovação individual da regularidade fiscal, social e trabalhista.	Credor	Data do recebimento definitivo do objeto
Lançamento na lista geral de credores	Recebimento da solicitação de cobrança.	Fiscal	Imediatamente ao protocolo
Registro da fase “em liquidação”	Registro contábil da despesa no sistema orçamentário, financeiro e contábil da instituição, assim como das informações sobre as retenções tributárias e previdenciárias de origem não trabalhista no sistema EFD-Reinf.	COPC	Até 2 dias úteis do protocolo

Atesto (liquidação)	Verificação da documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação, bem como se os bens entregues ou os serviços prestados atenderam às especificações e condições previamente acordadas.	Fiscal	Até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação de cobrança.
Pagamento	Por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.	COPC	O prazo para pagamento será limitado a 10 (dez) dias úteis, a contar da data da emissão do termo de liquidação de despesa, sendo esse reduzido à metade para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 75, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

## Liquidação

8.5. O procedimento de liquidação da despesa iniciar-se-á a partir do protocolo, por parte do credor, da solicitação de cobrança perante o setor de fiscalização, incumbindo ao fiscal do instrumento contratual efetuar, de forma imediata, o lançamento do beneficiário do documento de cobrança na lista geral de credores, conforme os termos estabelecidos pela Resolução n. 338/2024-CSDP/RN.

8.6. A solicitação de cobrança será acompanhada de nota fiscal, fatura ou documento equivalente, de documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, além de qualquer outra espécie de documentação porventura exigida no instrumento contratual.

8.7. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em conformidade com o Decreto Estadual n. 32.705/2023, assim como com a Instrução Normativa RFB n. 1234/2012.

8.8. No caso de a contratada ser pessoa jurídica optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional), essa deverá anexar à nota fiscal/fatura declaração de acordo com o modelo constante no anexo IV da Instrução Normativa RFB n. 1234, de 11 de janeiro de 2022, ou, alternativamente, consulta ao Portal Simples Nacional atualizada, devendo informar imediatamente à contratante qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional, conforme disposto no Art. 6º do referido diploma normativo.

8.9. Em se verificando o atraso no encaminhamento da nota fiscal, fatura ou documento necessário ao processo de liquidação da despesa ou, ainda, quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, o fiscal do instrumento contratual providenciará a notificação, por escrito e com comprovação do recebimento, da empresa contratada para regularização no prazo máximo de 2 dias úteis.

8.10. Por ocasião da apresentação da nota fiscal, fatura ou recibo, a contratada deverá fornecer declaração emitida pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade, comprovação de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e órgãos fazendários federal, estadual e municipal, além de certidão negativa de débitos trabalhistas.

8.11. Devidamente autuada, a solicitação de cobrança protocolada deve ser encaminhada, no prazo máximo de 2 dias úteis, à Coordenadoria de Orçamento, Planejamento e Contabilidade da Defensoria Pública para que proceda, em igual prazo, ao registro contábil da fase da despesa "em liquidação" no respectivo sistema orçamentário, financeiro e contábil, bem como para que efetue o registro, tempestivo, das informações sobre as retenções tributárias e previdenciárias de origem não trabalhista no

sistema público de escrituração fiscal digital de retenções e outras informações fiscais EFD-Reinf, na forma disciplinada pela Instrução Normativa RFB n. 2043, de 12 de agosto de 2021, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 2096, de 18 de julho de 2022, a teor do art. 9º da Resolução n. 338/2024-CSDP/RN.

8.12. Tão logo efetuado o registro contábil a que se refere o artigo anterior, a Coordenadoria de Orçamento, Planejamento e Contabilidade devolverá ao responsável pela fiscalização do contrato ou instrumento equivalente e formalização do termo de liquidação da despesa, encaminhando-lhe a documentação apresentada pelo credor, devidamente acompanhada da cópia da correspondente nota de empenho, para fins de atesto da despesa, com o visto da fatura, recibo e/ou nota fiscal pelo gestor do contrato ou instrumento equivalente.

8.13. A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação de despesa.

8.14. Considera-se liquidação de despesa o segundo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a execução do objeto ou de etapa do cronograma físico-financeiro, conforme o caso.

8.15. Quem detiver a responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização do instrumento contratual conferirá a documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação, verificando, junto aos respectivos órgãos expedidores, as autenticidades das certidões de regularidade apresentadas, bem como se os serviços prestados atenderam às especificações e condições previamente acordadas, a teor do que estabelece o art. 63 da Lei n. 4.320/1964, de modo que, em não sendo detectada pendência, será emitido o atesto.

8.16. O pagamento das indenizações previstas no § 2º do art. 138 e no art. 149 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade, ainda que o contrato ou instrumento equivalente já tenha sido encerrado.

8.17. O fiscal do instrumento contratual, responsável pelo atesto da pertinente despesa, adotará as providências necessárias para a conclusão da etapa de liquidação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da apresentação da solicitação de cobrança, conforme art. 10 da Resolução n. 338/2024-CSDP/RN. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, o prazo para liquidação da despesa será reduzido pela metade.

8.18. Constatada qualquer pendência em relação ao documento fiscal, à prestação do serviço, à realização da obra, à locação ou à entrega do bem ou de parcela desse, o contratado deverá ser notificado e interromper-se-ão os prazos oponíveis à Defensoria Pública exclusivamente quanto a esse credor, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais credores posicionados na ordem cronológica das exigibilidades. Além disso, no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, nas contratações firmadas sob a égide da Lei n. 14.133/2021, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

8.19. Previamente ao pagamento, a Administração deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

8.20. A eventual perda das condições de que trata o caput não enseja, por si, retenção de pagamento pela Defensoria Pública do Estado.

8.21. Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, a Defensoria Pública deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação.

8.22. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Defensoria Pública, pode ocasionar a rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa em procedimento apuratório.

8.23. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato ou instrumento equivalente, até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.24. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado, por escrito, para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança perante a Defensoria Pública do Estado será tornada sem efeito, com a consequente exclusão da lista classificatória de credores.



8.25. O fornecedor será reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem do prazo de liquidação oponível à unidade administrativa contratante.

8.26. Nas contratações celebradas sob a égide da Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, na forma do artigo 143 da referida lei.

8.27. A notificação do credor deverá conceder o prazo máximo de 2 dias úteis para regularização da situação, observando-se sempre o prazo estabelecido para cumprimento das obrigações relativas ao EFD-Reinf.

#### **Prazo de pagamento**

8.28. Na forma disciplinada pelo art. 11, § 2º, da Resolução n. 338/2024-CSDP/RN, salvo disposição contratual em sentido diverso, o prazo para pagamento será limitado a 10 (dez) dias úteis, a contar da data da emissão do termo de liquidação de despesa, sendo esse reduzido à metade para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 75, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.29. Esgotado o prazo estipulado no instrumento contratual ou, na sua ausência, o prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem a correspondente liquidação da despesa, em virtude de mora exclusiva da Defensoria Pública, a referida despesa terá prioridade sobre todas as demais, ficando sobrestada qualquer outra liquidação custeada pela mesma fonte de recursos (art. 12, da Resolução n. 338/2024-CSDP/RN).

8.30. No caso de atraso injustificado de pagamento e desde que a empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá incidir encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), em regime de juros simples.

8.31. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $AF = \text{Atualização Financeira devida}$ ;  $N = \text{número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento}$ ;  $I = \text{índice de compensação financeira (0,00016438)}$ ;  $VP = \text{valor da prestação em atraso}$ .

8.32. Alterações da ordem cronológica de pagamentos estão disciplinadas no art. 18, da Resolução n. 338/2024-CSDP/RN.

#### **Forma de pagamento**

8.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.34. Considera-se como data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária correspondente.

8.35. Conforme estabelecido na Instrução Normativa n. 1234/2012 da Secretaria da Receita Federal do Brasil e o Decreto n. 32.705/2023 do Estado do Rio Grande do Norte, nos pagamentos que venham a ser efetuados pela Defensoria Pública do Rio Grande do Norte a retenção do imposto de renda incidente na fonte, de que trata o art. 157, I, da Constituição Federal, será obrigatório, com recolhimento ao Tesouro Estadual.

8.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.37. Não será admitida a antecipação de pagamento, conforme o art. 145, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

8.38. A transferência de crédito ou a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira nesta contratação será viável mediante a adoção das seguintes cautelas: a celebração de termo aditivo entre a Administração e a contratada; a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista também por parte da cessionária; a certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar; o crédito a ser pago à cessionária esteja dentro do montante contratual, com descontos de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração e que a cessão de crédito não afete a execução do objeto contratado, que continuará sob a responsabilidade da empresa contratada.

### **9. CLÁUSULA NONA- DO REAJUSTE:**

9.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados na Ata de Registro de

Preços, de acordo com o art. 20 e seguintes da Resolução n. 324/2024, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, conforme especificado no item 13 do Termo de Referência vinculado a este instrumento.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE:**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa contratada, de acordo com o instrumento contratual e seus anexos.

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento, bem como formalizar termo de recebimento provisório e definitivo, na forma da legislação em vigor.

10.1.2. Notificar a empresa contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento contratual e o cumprimento das obrigações pela empresa contratada.

10.1.4. Permitir o acesso dos funcionários da contratada em suas dependências, quando devidamente identificados, para realização das instalações, proporcionando todas as facilidades necessárias ao cumprimento das obrigações pelo fornecedor, de acordo com as normas e condições ajustadas.

10.1.5. Comunicar à empresa contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega dos produtos, emitindo o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à empresa contratada.

10.1.6. Observar para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

10.1.7. Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais/fiscais antes do pagamento.

10.1.8. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n. 14.133/2021.

10.1.9. Efetuar o pagamento à empresa contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.

10.1.10. Aplicar ao contratado as sanções previstas na Lei e neste instrumento.

10.1.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.12. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.

10.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, assim como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato desta contratação, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

11.1. A empresa contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

11.2. Manter preposto, aceito pela Administração, no local de execução do objeto contratado para representá-lo na execução do instrumento contratual.

11.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.4. Submeter-se à fiscalização da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, atendendo prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerente ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, não implicando em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a corresponsabilidade da instituição ou de seus

agentes e prepostos.

11.4.1. Considerar-se-á formalmente recebido pela contratada o expediente encaminhado pela Administração sempre que houver confirmação de leitura, resposta formal ou outro meio idôneo de comprovação da ciência inequívoca pela empresa. Na ausência dessa confirmação formal de recebimento, a comunicação será considerada automaticamente recebida após o decurso de 5 (cinco) dias corridos contados do comprovado envio ao canal formal indicado pela contratada.

11.4.2. Incumbe exclusivamente à contratada manter seus dados de contato e endereços eletrônicos permanentemente atualizados junto à fiscalização, sendo consideradas válidas e eficazes, para todos os efeitos contratuais, as notificações encaminhadas aos endereços constantes da qualificação das partes deste contrato, na hipótese de ausência de atualização dessas informações.

11.4.3. O descumprimento injustificado dos prazos fixados pela fiscalização poderá ensejar a aplicação das sanções contratuais.

11.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do instrumento contratual, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 1h, os objetos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.7. Somente a empresa contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da presente contratação (Lei n. 14.133/2021, art. 121, caput).

11.8. A inadimplência da empresa contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto, conforme descrito no art. 121, §1º, da Lei n. 14.133/2021.

11.9. A empresa contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Defensoria Pública do Rio Grande do Norte ou a terceiros em razão da execução do instrumento contratual, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120, da Lei n. 14.133/2021).

11.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos. O contratado deverá seguir as regras de garantia especificadas em Termo de Referência.

11.11. Não contratar, durante a vigência do instrumento contratual, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

11.12. Manter, durante a execução do instrumento contratual, todas as condições de habilitação, regularidade jurídica-econômica/financeira e fiscal, bem como, as que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

11.13. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do instrumento contratual os seguintes documentos: I) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; II) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; III) Documentos comprobatórios que atestem a conformidade perante as autoridades fazendárias de âmbito federal, estadual, municipal ou distrital, localizadas no domicílio ou na sede do contratado; e IV) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.14. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local das instalações.

11.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.16. Paralisar, por determinação da Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a

segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.17. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do instrumento contratual.

11.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local das instalações e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.20. Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

11.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do instrumento contratual.

11.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n. 14.133, de 2021.

11.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança e sustentabilidade da Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, quando houver.

11.24. Atender às convocações da CONTRATANTE, cumprindo, rigorosamente, os prazos por ela estipulados em cada convocação, inclusive para assinatura do contrato e para o cumprimento das Ordens de Fornecimento.

11.25. Solicitar, em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações contratuais, bem como comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada na execução do objeto contratado.

11.26. Não subcontratar em desacordo com os limites e condições estabelecidos nos itens 4.19 a 4.26 do Termo de Referência.

11.27. Manter controle de qualidade e absoluta higiene no preparo, manipulação, armazenamento e transporte dos alimentos, bebidas e demais itens em observância à legislação pertinente.

11.28. Entregar o objeto no local, data e hora indicados pela CONTRATANTE, adequadamente acondicionados em embalagens higiênicas que proporcionem sua perfeita conservação até o momento de serem consumidos.

11.29. Estar em conformidade com a legislação sanitária pertinente.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI N. 13.709/2018):**

12.1. É vedado aos licitantes e contraentes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame e execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

12.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais necessárias à execução contratual.

12.3. A licitante/contratada responderá administrativa e judicialmente na hipótese de causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

12.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, para fornecimento do objeto do instrumento contratual, tem acesso a dados pessoais dos representantes da contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

12.5. É dever dos licitantes e contraentes orientarem e treinar seus empregados sobre os

deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD (PARECER n. 00004/2022/CNMLC/CGU/AGU).

12.6. A empresa contratada declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, sem embargo às declarações solicitadas em itens precedentes.

12.7. Faculta-se à Administração realizar diligências para aferir o cumprimento da LGPD pela licitante ou contratada.

12.8. A empresa contratada fica obrigada a comunicar à Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, em até 24 (vinte e quatro) horas da sua ocorrência, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL:**

13.1. As infrações e as respectivas sanções administrativas encontram-se minuciosamente previstas em seção específica do Termo de Referência (item 18), o qual integra o presente instrumento contratual.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS ALTERAÇÕES:**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021.

14.2. Quaisquer modificações contratuais devem ser efetuadas dentro das mesmas condições originalmente estabelecidas e em conformidade com os limites legais, tanto para acréscimos quanto para supressões que se mostrem pertinentes ao escopo contratual, respeitando os requisitos e limitações estabelecidos pela Lei 14.133/2021, bem como pelas normas regulamentares e cláusulas contratuais.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido ao controle prévio da Assessoria Jurídica da Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n. 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. 14.133, de 2021.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

15.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2. Nos termos do art. 137 da Lei Federal n. 14.133/2021, constituirão motivos para a extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, notadamente as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas do Termo de Referência ou de cláusulas contratuais;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou dissolução da sociedade da contratada;
- V – decretação de insolvência civil ou falecimento da contratada, no caso de ser esta pessoa física.
- VI - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

15.3. A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento

decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de eventual cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

15.5. A contratada terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei Federal n. 14.133/2021.

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contados da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, quando for o caso, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

15.6. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos do item anterior observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a contratada tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão à parte contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da lei.

15.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n. 14.133/2021 e neste contrato, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas."

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

16.1. A execução dos serviços de fornecimento de alimentação preparada, tipo refeição/almoço, coffee break e lanche, será acompanhada e avaliada mediante aplicação do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, anexo deste Contrato, destinado à aferição objetiva da qualidade da execução contratual, da adequação do serviço prestado e do desempenho da CONTRATADA.

16.2. O IMR será obrigatoriamente utilizado pela fiscalização contratual durante o recebimento provisório dos serviços, constituindo condição prévia para o recebimento definitivo e para autorização de emissão da nota fiscal correspondente ao evento realizado.

16.3. A avaliação da execução contratual será realizada por evento, mediante atribuição de notas aos seguintes objetos de avaliação:

- a) pontualidade no fornecimento;
- b) infraestrutura disponibilizada para execução do serviço; e
- c) temperatura, acondicionamento e conservação dos alimentos e bebidas.

16.4. Cada objeto de avaliação possuirá pontuação máxima de 10 (dez) pontos, devendo a fiscalização atribuir nota conforme os parâmetros objetivos previstos no IMR, observados os níveis de adequação definidos para cada item avaliado.

16.5. A pontuação final do evento será obtida mediante média aritmética simples das notas atribuídas aos objetos de avaliação previstos no IMR.

16.6. A partir da média final apurada, poderá ser promovido o redimensionamento proporcional do valor devido à CONTRATADA, mediante aplicação das seguintes faixas de glosa:

<b>Média final apurada</b>	<b>Glosa aplicável</b>
9 a 10 pontos	Sem glosa
8 a 8,9 pontos	Glosa de 2%
7 a 7,9 pontos	Glosa de 5%
5 a 6,9 pontos	Glosa de 10%
Abaixo de 5 pontos	Glosa de 15%

16.7. As glosas previstas nesta cláusula incidirão uma única vez sobre o valor correspondente ao evento avaliado, vedada a aplicação cumulativa de glosas autônomas sobre o mesmo fato gerador.

16.8. As glosas incidirão exclusivamente sobre a parcela do objeto efetivamente recebida ou aproveitada pela Administração, observada, quando cabível, a exclusão prévia dos valores correspondentes às parcelas rejeitadas, não executadas ou recusadas.

16.9. A atribuição de nota 0 (zero) em qualquer objeto de avaliação, bem como a apuração de média final inferior a 7,0 (sete) pontos, poderá acarretar o não recebimento do serviço, além de caracterizar hipótese de infração administrativa a ensejar a aplicação das sanções cabíveis.

16.10. Considera-se infração sanitária grave, dentre outras hipóteses:

- a) presença de indícios de contaminação;
- b) utilização de produtos vencidos;
- c) presença de corpos estranhos nos alimentos;
- d) manipulação inadequada dos alimentos;
- e) acondicionamento incompatível com a segurança alimentar;
- f) inobservância da RDC nº 216/2004 da ANVISA; ou
- g) qualquer situação que represente risco potencial ou efetivo à saúde dos participantes do evento.

16.11. A constatação de irregularidade sanitária grave, risco potencial ou efetivo à saúde dos participantes, fornecimento de alimentos impróprios ao consumo ou qualquer situação que comprometa a segurança alimentar poderá ensejar:

- a) recusa total ou parcial do recebimento provisório;
- b) determinação de substituição imediata dos alimentos;

- c) descarte dos alimentos impróprios ao consumo, às expensas da CONTRATADA;
- d) redimensionamento proporcional do pagamento; e
- e) instauração de procedimento administrativo para apuração de infração contratual e aplicação das sanções cabíveis.

16.12. Não serão imputadas à CONTRATADA ocorrências decorrentes de caso fortuito, força maior, fatos exclusivamente atribuíveis à Administração ou situações externas comprovadamente alheias ao seu controle, desde que devidamente comprovadas e aceitas pela fiscalização contratual.

16.13. O resultado da avaliação realizada por meio do IMR deverá ser comunicado à CONTRATADA pela fiscalização contratual para emissão do documento de cobrança pertinente, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de manifestação administrativa, acompanhada dos documentos comprobatórios respectivos.

16.14. Apresentada contestação, o fiscal do contrato poderá rever sua decisão ou, em caso de manutenção desta, submetê-la à autoridade competente para decisão motivada, permanecendo suspenso o recebimento do objeto até deliberação final administrativa.

16.15. Após a decisão final, será realizado o recebimento definitivo do objeto, solicitando-se a cobrança devida à CONTRATADA.

16.16. A fiscalização contratual poderá instruir o IMR com registros fotográficos, filmagens e demais elementos probatórios necessários à comprovação das ocorrências verificadas durante a execução do evento.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO:

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Natal/RN para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato com exclusão de qualquer outro.

E, para firmeza e prova de assim haver, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido, o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Natal/RN, data da última assinatura eletrônica.

**Francisco Sidney de Castro Ribeiro Feijão**  
**DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CNPJ Nº 07.628.844/0001-20**

XXXXXXXXXXXXX  
**EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXX**



Documento assinado eletronicamente por **Liza Priscilla de Melo Machado, Assistente Defensorial**, em 10/06/2026, às 12:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.def.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0107831** e o código CRC **F7CDCE0E**.





## ANEXO

### ANEXO V: MINUTA DA PROPOSTA DE PREÇOS

A(o) Senhor(a) Pregoeiro(a) da DPE/RN.

Referência: Pregão Eletrônico nº xx/2025 - DPE.

Proposta \_\_\_\_\_ que \_\_\_\_\_ faz \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/CGC (MF) nº \_\_\_\_\_, e inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no(a) \_\_\_\_\_, para atendimento do objeto destinado à DPE/RN, em conformidade com o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XXX/2025/DPE/RN. Para tanto, ofereço a esse órgão o preço para o item a seguir detalhado, observadas as especificações de que trata o Termo de Referência e anexos

Item	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	valor Unitário	Valor Total
	(O licitante deverá descrever o item que deseja ofertar, especificando todas as características do produto que pretende fornecer. Se possível, deve encaminhar à pregoeira material informativo descritivo do item para análise de adequação das especificações do produto àquelas contidas no termo de referência)				
Valor total:					R\$ *****

Declaro, para os devidos fins, expressamente que:

I. Tenho conhecimento do Edital n xxxx e que o item ofertado atende todas as especificações técnicas previstas no termo de referência, tendo também ciência que declarações incorretas poderão ensejar a desclassificação do certame.

II. Os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros,

lucros e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.

III. Estou ciente das obrigações a mim imputadas, inclusive quanto às condições, especificações técnicas e prazos de fornecimento, por meio do Edital da referida licitação, bem como suas demais peças, podendo o descumprimento implicar na aplicação das penalidades administrativas previstas nos instrumentos e na legislação aplicável.

(local), (dia) de (mês) do ano de 2025.

---

Empresa:  
Responsável legal:



Documento assinado eletronicamente por **Liza Priscilla de Melo Machado, Assistente Defensorial**, em 20/05/2026, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.rn.def.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0102827** e o código CRC **542F7E76**.

## ANEXO

### ANEXO VI: Planilha para avaliação das amostras

Item	Sabor	Aroma	Cor	Tamanho	Apresentação	Textura	Nota média por item
1							
2							
3							
						Nota média por avaliador:	
						Observações:	

#### 1. Regras para avaliação:

**a)** Cada membro da Comissão Avaliadora receberá uma planilha, conforme modelo acima, para avaliação dos itens quanto aos critérios: sabor, aroma, cor, tamanho, apresentação e textura;

**b)** Cada avaliador deverá atribuir nota de 0 a 10 para cada critério;

**c)** A nota média por item será calculada através da fórmula:  $Nm = (S + AR + C + TM + AP + TX) / 6$ , onde:

Nm = nota média por item;

S = sabor;

AR = aroma;

C = cor;

TM = tamanho;

AP = apresentação;

TX = textura;

6 = número de critérios avaliados.

**d)** A nota média por avaliador será calculada, usando-se a seguinte fórmula:  $Nmav = (Nm1 + Nm2 + Nm3) / Nit$ , onde:

Nmav = nota média por avaliador;

Nm = nota média por item;

Nit = número total de itens avaliados.

**e)** A nota final por licitante será calculada, usando-se a seguinte fórmula:  $Nfinal = (Nmav1 + Nmav2 + Nmav3) / Nav$ , onde:

Nfinal = nota final por licitante;

Nmav = nota média por avaliador;

Nav = número total de avaliadores.

f) O licitante que não obtiver nota igual ou superior a 8 será desclassificado.



Documento assinado eletronicamente por **Liza Priscilla de Melo Machado, Assistente Defensorial**, em 20/05/2026, às 10:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.def.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0102829** e o código CRC **06D51D1C**.

000110000066.000005/2025-88

0102829v4

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA  
PARA FINS DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE  
PEQUENO PORTE OU EQUIPARADOS**

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida na Rua XXXX, nº XXX, Bairro XXXX, XXXX/XX, CEP: XXXXXX, Celular (XX) XXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Sr. XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF nº \*\*\*.XXX.XXX-\*\*, **na condição de ME/EPP/Equiparado, DECLARAMOS** para fins do disposto no §2º, do Art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, bem como em atendimento ao Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900XX/2026, **que no ano-calendário de realização da referida licitação ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparado**, de forma que fazemos jus à obtenção dos benefícios a que se referem os arts. 42 a 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Natal/RN, XX de XXXXXXX de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante Legal